



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII Nº 12, SÁBADO, 18 DE FEVEREIRO DE 2017



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 11^a SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2017

1.1 – ABERTURA	7
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	7
1.2.2 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Críticas à Petrobras pela redução de contratação com empresas do polo naval de Rio Grande-RS; e outros assuntos	7
Senadora Ana Amélia – Cobrança de um posicionamento do Congresso Nacional sobre a restrição do foro por prerrogativa de função; e outros assuntos	20
Senadora Gleisi Hoffmann – Defesa da atuação efetiva do BNDES no fomento da indústria nacional; e outros assuntos	26
1.3 – ENCERRAMENTO	38

PARTE II

2 – MATERIAS E DOCUMENTOS DA 11^a SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE	
2.1.1 – Discurso encaminhado à publicação	
Senador Paulo Paim – Destaque para a crise do polo naval brasileiro, em especial, do polo naval de Rio Grande; e outros assuntos	40
2.1.2 – Requerimentos	
Nº 79/2017, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, de retirada das Propostas de Emenda à Constituição nºs 11/2013 e 97/2015. Deferido	47
Nº 80/2017, do Senador Paulo Paim e da Senadora Ana Amélia, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Velton da Silva Cézar	49



PARTE III

3 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA	52
4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	53
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	56
6 – LIDERANÇAS	57
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	60
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	65
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	66
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	105



11^a Sessão, Não Deliberativa,
em 17 de Fevereiro de 2017

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura

Presidência da Sr^a Ana Amélia e Sr. Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 16 minutos e encerra-se às 11 horas e 7 minutos.)



ATA



A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

Convido para fazer uso da palavra o Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Ana Amélia, que preside esta sessão, eu queria, em primeiro lugar, encaminhar à Mesa um requerimento, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno da Casa, que trata de um voto de pesar – eu sei que V. Ex^a, inclusive, ao chegar à Mesa esse requerimento, haverá de assiná-lo também – pelo falecimento de Velton da Silva Cezar, que ocorreu nesta data, após lutar intensamente por cinco meses contra um câncer.

Velton da Silva Cezar nasceu na cidade de Alegrete, no dia 7 de novembro de 1961, filho único do casal Onésimo Cezar e Severina da Silva. Velton era apaixonado pelas lidas do campo, pelas tradições do Rio Grande e pela comunicação.

V. Ex^a é uma comunicadora, profissional de longos anos, e se comunica muito bem aqui na Casa.

Com uma bela e impostada voz, teve desde cedo um dom natural para a locução e iniciou seus trabalhos de radialista aos 18 anos, na Rádio Municipal de São Pedro do Sul, Rio Grande do Sul. Era um narrador esportivo nato e um entrevistador para assuntos dos mais variados, que envolviam canções nativas, e, como diziam os ouvintes, ao mesmo tempo, apaixonava os entrevistados.

Trabalhava muito também nessa área da política. Em Santa Maria, trabalhou na Rádio Guarathan, mas esse foi apenas o início, pois Velton deixou sua marca por diversos veículos de comunicação – era um líder –, como a Rádio Caxias e a Rádio São Francisco, ambas de Caxias do Sul; passou pela Rádio Osório por duas ocasiões; Rádio Tubarão, em Santa Catarina; Rádio Cruzeiro do Sul, em Itaqui; Rádio Marau e Rádio Alvorada, em Marau; e Rádio Garibaldi, em Garibaldi. Foi também coordenador da Rádio UCS.

Em 2001, decidiu investir ainda mais na comunicação. Criou, então, a RBC Comunicação e a Telebrasil, onde produzia programas para TV a cabo, além de prestar serviços para inúmeros Municípios e empresas do Rio Grande. Atendia todos. Era, de fato, um democrata. Acho que eu dei não diria centenas e centenas, mas, com certeza, dezenas e dezenas de entrevistas para veículos de comunicação que ele dirigia.

Gerou inúmeros empregos e o carinho – e por isso faço esse voto de solidariedade e de pesar – dos seus colaboradores com ele era imenso.

Em 2015, iniciou um ambicioso projeto: lançou a *Revista Costa Azul*, revista para principalmente os Municípios do litoral norte do Rio Grande do Sul.

Velton era um apaixonado pela comunicação e tinha um carinho muito grande de parte dos seus colaboradores, que me encaminharam o eixo desse pronunciamento. Velton deixa a esposa Elis Regina Batassini e sua filha Tainá, o genro Guilherme Mansan e a neta Cecília com apenas um ano de idade.

Sr^a Presidenta, eu tive oportunidade algumas vezes de jantar com Velton e sua esposa. Ele era um daqueles amigos de que gostamos de dar um abraço de quatro costados. Dizer que o



Velton adorava as canções nativas, como aqui eu registrei, adorava as tradições do Rio Grande, e era também um pequeno investidor, um pequeno empreendedor nessa área de comunicação, mas o que eu mais admirava é como ele abria os seus veículos para todos os que pensam, principalmente ouvindo o contraditório. Chegava lá nas emissoras que ele coordenava, seja rádio ou tv: "Não há problema, Paim. Você vai falar de que tema? Pode falar porque, na semana que vem, está previsto outro que tem uma visão diferente, mas sei que vocês se respeitam. O debate será num alto nível. Enfim, as duas posições estarão no ar."

Eu quero aqui, de forma muito carinhosa, abraçar toda a família, os amigos, o povo gaúcho. Velton, com certeza, está lá no alto porque aqui na Terra o Senhor entendeu que a sua missão estava cumprida.

Sr^a Presidenta, depois desse registro, que, naturalmente, vai à Mesa, quero fazer outro registro também na área da comunicação:

Registro a importância da Associação de Blogueiros de Política do Distrito Federal e Entorno (ABBP).

Registro que tomou posse, na última quarta-feira, dia 15, para o biênio 2017-2019, a nova Diretoria Executiva e os Conselhos Fiscal e de Ética da Associação de Blogueiros de Política do Distrito Federal e Entorno (ABBP), que estão se organizando em todo o País para fazer o bom debate democrático sobre todos os temas que interessem ao povo brasileiro.

A ABBP foi fundada em dezembro de 2014 e conta, só aqui em Brasília, com 46 membros. A Diretoria Executiva é composta por Sandro Gianelli (Presidente), Kleber Karpov (Vice-Presidente), Toni Duarte (Secretário-Geral), Rodrigo Mercucio (Financeiro), Edgar Lisboa (Relações Públicas) – que é lá do Rio Grande e que V. Ex^a conhece muito bem. É um grande amigo de nós três, V. Ex^a, Senador Lasier e eu, e também amigo do Rio Grande. É um gaúcho que está sempre disposto a um bom combate, mas a um bom debate; é um conciliador. Eu gosto muito dele –; Eldo Gomes (Relações Institucionais); e Hudson Cunha (Comunicação e Marketing). Conselho Fiscal: Marc Arnoldi (Conselheiro Presidente); Hamilton Silva (Conselheiro); Ricardo Aguiar (Conselheiro); Sérgio Lorus (suplente); José Gurgel (suplente); e Idovan Araújo (suplente). Conselho Consultivo/Ética: Tenente Poliglota (Conselheiro Presidente); Aderivaldo Cardoso (Conselheiro); e Artur Benevides (Conselheiro).

Está registrado já que eu fui convidado para lá estar e infelizmente não pude ir, mas uso a tribuna do Senado para fortalecer os meios de comunicação alternativos, como também fiz questão de registrar aqui, infelizmente, o falecimento, em homenagem a ele e à família, de um empresário de um dos meios de comunicação mais conhecidos.

Sr^a Presidente, se me permitir, agora eu vou entrar no meu pronunciamento e num tema que tenho certeza de que terei o apoio de V. Ex^a. Vou falar, pelo documento que eu recebi, sobre o Polo Naval do Rio Grande. Há um assunto, Sr^a Presidente, que está deixando toda a população brasileira preocupadíssima. Recebi documentos do Rio de Janeiro, recebi documentos do Rio Grande, e este, em que hoje vou me debruçar, veio para retratar e explicitar a situação do Polo Naval da cidade de Rio Grande.

Em dezembro do ano passado, a Engevix Construções Oceânicas demitiu 3,2 mil funcionários. Eles representam 71% do quadro total de funcionários da empresa na cidade gaúcha. E essas demissões afetaram drasticamente a economia, principalmente da cidade de Rio Grande e região. Empresas terceirizadas e a mão de obra indireta, como ônibus, restaurantes e alugueis. Esse número de postos de trabalho perdidos pode duplicar. Muitos estão indo embora,



infelizmente, como eu digo sempre, não pagando os trabalhadores – e ainda estão aqui dizendo que querem votar agora, de forma acelerada, o projeto de terceirização. Pelo amor de Deus! Só se for para garantir que a empresa matriz tem que pagar, se a empresa contratada não pagar.

A situação do Polo Naval é desesperadora. Em 2013, 20 mil trabalhadores do Polo Naval impulsionavam a indústria e o comércio da região. Hoje só restam, minha líder, Gleisi Hoffmann, 600 trabalhadores. Hoje, apenas 600 trabalhadores; na era Lula, mais de 20 mil. O Lula esteve lá por diversas vezes. Eu estive com ele, inclusive, lá. Restaram apenas 600 – e estão desativando cada dia mais, e mandando construir na China o que nós construímos aqui – trabalhadores atuando na manutenção da estrutura do estaleiro. Só na estrutura. Não estão produzindo praticamente nada mais. Gravíssimo!

A situação do Polo Naval do Rio Grande é de eminente desativação. É fechar o Polo Naval, para o Governo que está aí. Tudo isso porque a Petrobras tinha contratado a Engevix para a construção de oito cascos de plataforma de petróleo, sendo que três foram entregues, dois foram deslocados para a China para serem concluídos e outros três tiveram os acordos cancelados pelo atual Governo.

Em dezembro, o casco da P-68 deixou o Estaleiro do Rio Grande e seguiu para o Estaleiro de Jurong, em Aracruz, Espírito Santo, para iniciar as obras de integração. Após isso, ocorreram as demissões. Enfim, vai para China, vai para o Espírito Santo, vai para todo lugar, e o Rio Grande vai padecendo.

Como hoje é sexta-feira e sei que a Presidente será tolerante, como eu serei com as senhoras em seguida – lembrando que 8 de março está aí!

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É verdade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em 8 de março há um movimento de paralisação das mulheres em todo o mundo, não só no Brasil. Só para ter uma ideia, aqui no Congresso, teremos um grande evento na Câmara e dois grandes eventos aqui no Senado: um no plenário do Senado, que as mulheres estão organizando, naturalmente, e outro no Interlegis, também que as mulheres estão organizando.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Mas não em 8 de março, viu, Senador Paim? Faremos em outro dia, porque, no dia 8 de março, nós estaremos em greve também. Estaremos na rua com as mulheres.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah! Muito bem, muito bem!

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Protestando contra a situação em que nós estamos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqui no plenário será greve.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Será greve.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas, no Interlegis, teremos um evento, que eles já marcaram. Elas farão a paralisação aqui em Brasília e vão todas para o Interlegis. É um número muito grande. E um outro grupo fará também a paralisação aqui em Brasília. Parece que vão fazer um evento no Nereu Ramos. Então, é fora, digamos, do espaço do plenário, porque aqui estaremos em greve.



A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É, também as servidoras que trabalham conosco vão estar também, vamos todas para a rua. Está na hora de protestar. Não dá para ficar calada diante do que está acontecendo. Mas eu pedi um aparte a V. Ex^a porque, coincidentemente, eu preparei um pronunciamento hoje sobre o conteúdo local e o desmonte das empresas brasileiras. Não sei se V. Ex^a está acompanhando, mas há um debate muito intenso sobre isso dentro do Governo, inclusive com o BNDES, Ministério da Indústria e Comércio, Ministério da Fazenda, sobre a política de conteúdo local, e também há um debate na imprensa. Aliás, hoje, um jornal de circulação nacional, o *Valor Econômico*, traz na sua manchete que o Governo está chegando a um acordo para restabelecer o conteúdo local. O que aconteceu, Senador Paim? Todos os países desenvolvidos utilizaram a obrigatoriedade do chamado conteúdo local para desenvolver suas cadeias produtivas e sua indústria. A média de obrigatoriedade de consumo de produto feito no País para desenvolver, principalmente, a área de petróleo e gás de alguns países chegou a 70%, como é o caso dos Estados Unidos. Países que não fizeram isso – Venezuela, Angola e outros – são países desindustrializados. Pois bem, nós estabelecemos uma política de conteúdo local aqui a partir do governo do Presidente Lula. Em 2005, foi lançada a *Cartilha de Conteúdo Local* e fiscalização pela ANP. Foi a partir daí que nós desenvolvemos a indústria que serviu ao petróleo e gás, que, por exemplo, é a indústria dos estaleiros no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Espírito Santo.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – No Espírito Santo. E foram recuperadas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bahia.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Bahia. Só para ter uma ideia, Senador Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De Pernambuco, eu me lembrei agora também.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pernambuco. De 1999 a 2015, o número de trabalhadores nessa indústria passou de 42,3 mil para 108,6 mil, um crescimento de 156%, e a taxa de referência na indústria de transformação foi de 65,4%. Essa política foi duramente questionada, inclusive nesta Casa. Não foram dois, três Senadores e Senadoras que subiram àquela tribuna para dizer que nós não podíamos estar fazendo a política de conteúdo local, porque estava atrapalhando a extração de petróleo pela Petrobras. A Petrobras não estava conseguindo fazer com agilidade a extração nos campos, inclusive depois do pré-sal. E nós dizíamos: isso é fundamental para desenvolver a nossa indústria. Pode demorar um pouco mais, mas nós vamos criar aqui conteúdo local. Ou seja, nós vamos produzir os equipamentos que nós precisamos para fazer a extração do petróleo. O que está acontecendo agora? Esse Governo entrou; entrou na Petrobras e desnacionalizou a Petrobras. Esta Casa aprovou, inclusive; o Senado aprovou e mandou à Câmara para mudar o marco regulatório de exploração do pré-sal; e, entre as mudanças do marco regulatório, estava a desobrigação de conteúdo local – estava a desobrigação de conteúdo local. Hoje, nós estamos encomendando plataforma em Singapura, como V. Ex^a falou, na China; encomendando produtos de outros países; e a nossa indústria está sucateada. Ou seja, nós estamos dando emprego para a Ásia competitiva, não para o Brasil. Nós estamos exportando os nossos empregos. E temos que ouvir ainda o



Presidente da Petrobras falar que ele está recuperando a Petrobras. A que custo? Eles estão, inclusive, fazendo as licitações e chamando só empresas internacionais. Não estão chamando as empresas nacionais, porque eles disseram que são corruptas. Aí, quando pegamos a lista das internacionais, todas – todas – são investigadas também por desvio, por corrupção e por praticarem corrupção fora dos seus países. É indecente o que nós estamos vivendo no País. Nós estamos entregando toda a nossa riqueza. E vai ser assim agora com terra, porque eles estão fazendo uma medida provisória para vender terra para estrangeiro – medida provisória! Quando esta Casa votar, eles já venderam a metade do território nacional. E eu estou com um estudo aqui muito interessante, Senador Paulo Paim, que não é um estudo do PT, não é um estudo dos sindicatos, que V. Ex^a tão bem representa aqui, mas é um estudo da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), aquela do pato amarelo, que ficou conhecida como pato amarelo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De quem ia pagar o pato.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É, de quem ia pagar o pato.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quem está pagando o pato são os trabalhadores.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É. E a indústria está pagando o pato também. Sabe que eles estão fazendo um movimento para voltar o conteúdo nacional? Estão brigando com o BNDES, brigando com a Petrobras, porque querem o conteúdo nacional. Com o governo da Dilma, nós tínhamos conteúdo nacional em várias macrocadeias de 50% a 70%. Agora o Governo, para fazer uma proposta conciliadora, está propondo de 18% a 40%. E aí a indústria está brava. A Fiesp está brava e fez um estudo. Eu vou ler isso daí da tribuna. É da Fiesp. É uma vergonha, Senador Paim! É uma vergonha! Nós estamos demitindo os nossos trabalhadores para dar emprego em outros países para não fazer conteúdo nacional, porque nós queremos internacionalizar. É aquela mania do Brasil – desse povo do PSDB, que gosta de governar para rico e gosta de governar para o mercado financeiro – de achar que quem está fora faz melhor. Quem está fora faz melhor, porque fez melhor dentro dos países deles. Se nós queremos aprender alguma coisa com os americanos, façamos, então, pelo menos uma política interna nossa de industrialização parecida com a deles. Tem de que haver conteúdo local. Então, quero manifestar a minha solidariedade a V. Ex^a, a minha solidariedade aos trabalhadores do Rio Grande do Sul – nós vamos lutar nesta Casa – e aos trabalhadores de todas as áreas que estão sendo afetadas por esse desmonte da indústria nacional. Nós vamos brigar muito aqui para restabelecer essa política de conteúdo nacional, inclusive fazendo a nossa proposta, como uma contraproposta à do Governo, porque essa que está aí, hoje estampada na capa do *Valor*, que eles querem negociar, não serve aos interesses do desenvolvimento da indústria e dos empregos brasileiros.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Gleisi Hoffmann. Eu já peço, de antemão, que o seu pronunciamento fique anexado na íntegra, porque eu vou mandar o meu pronunciamento depois para o Rio Grande do Sul e faço questão de que o seu esteja junto ao meu, porque é muito esclarecedor.

Eu tenho aqui um depoimento da Prefeitura de Rio Grande, que nós administramos.

(Soa a campainha.)



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dizem eles que toda a cidade está envolvida na busca de uma solução.

Registro aqui o manifesto do Secretário Municipal de Desenvolvimento, Inovação, Emprego e Renda do Rio Grande, o Sr. Marcos Vinícius Ferreira Mazoni.

O que diz o manifesto, que tem o apoio de toda a sociedade do Rio Grande e região?

O absurdo da desativação do polo naval na cidade do Rio Grande.

Com a troca do presidente da Petrobras, iniciou-se um processo de cancelamento dos contratos de construção de plataformas para exploração de petróleo nos estaleiros [como diz V. Ex^a – olhe que eles são grandes; estão olhando só para o Rio Grande] do Brasil para contratar as mesmas [lá, nos estaleiros] na China.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – China, Singapura, tudo para a Ásia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – China, Singapura, como diz muito bem V. Ex^a.

Peco a tolerância – sei que (*Fora do microfone.*) serei atendido – da Presidenta.

A crise do polo naval brasileiro nada tem a ver com a chamada crise econômica mundial, pois as contratações continuam, mas agora [...] [contratam onde?]

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone.*) – No exterior.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – No exterior. V. Ex^a está lendo os meus pensamentos. Mas, agora, sim, contratam mais no exterior. E, sim, há uma decisão estratégica, liderada pela Petrobras.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Se me permite, Senador Paim – eu não vou resistir –, eu tenho que fazer...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqui, hoje, nós vamos conversar mais.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... um aparte, de novo, a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu estou lembrando, aqui, a transição do governo do Presidente Lula – eu participei da equipe de transição. Lembro que a Presidenta Dilma era, na época, a responsável por essa área de energia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu me lembro, me lembro.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Então, abrangia aí a questão do petróleo. Uma das minhas funções, na equipe de transição, foi analisar o orçamento, e nós analisamos os investimentos da Petrobras. Todos os investimentos da Petrobras estavam com um identificador de investimentos para aquisição no estrangeiro; não eram nacionais. Eu lembro, até hoje, que eu conversei com a Presidenta Dilma. Conversamos com o Presidente Lula e mandamos um pedido ao Congresso Nacional – naquela época, a equipe de transição tinha acertado que o Presidente poderia pedir alterações no orçamento. E uma das alterações que nós pedimos foi exatamente para internalizar os investimentos, ou seja, mudar as



rubricas de que nós íamos internalizar. Até o pessoal alertou e disse assim: "Mas vocês vão parar de pedir? Já está quase pré-contratado." "Presidente, nós vamos parar. É melhor demorar um pouco mais, retomar aqui a indústria naval, os nossos estaleiros e dar emprego para o nosso povo do que pedir essas plataformas no exterior." E nós fizemos exatamente isso. Começou ali o embrião de uma política de conteúdo nacional. Então, é muito triste ver o que está acontecendo hoje, ver V. Ex^a lendo...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu não estou alegre lendo esse manifesto aqui...

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pois é.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... do povo gaúcho.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Volta-se a antes de 2003, Senador Paim. Nós estamos regredindo no País. É muito triste!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Diz mais o manifesto:

Quais seriam [V. Ex^a já levantou aqui] as verdadeiras razões para a Petrobras deixar de contratar os estaleiros brasileiros, que empregam aqui no Brasil, para passar a contratar as mesmas plataformas [que nós temos condição de fazer aqui] em outros países?

Eu confesso que, logo que assumir a comissão, ou seja, quando as comissões se instalarem, não importa onde eu esteja – Assuntos Sociais, Infraestrutura, CCJ, Direitos Humanos –, vou convocar o Presidente da Petrobras para que explique isso. Quero que ele explique.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone.*) – Terá o meu apoio.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Comissão de Economia, onde V. Ex^a vai estar – pode ser via V. Ex^a, já que dela não faço parte –, acho que é o foro adequado.

O polo naval do Rio Grande conta com uma capacidade instalada [...] [para] garantir a entrega das plataformas no mesmo ou até menor tempo [e com melhor qualidade] que qualquer estaleiro no mundo [...].

Os nossos profissionais são competentes, provamos isso já.

Só no estaleiro Engevix, hoje administrado pelo Banco Brasil Plural, existem equipamentos de ponta, garantindo a maior automatização do processo de construção de plataforma [olhe o que eles dizem aqui, foram técnicos que escreveram isso aqui] em todo o planeta.

Dizem que o nosso equipamento aqui, para esse tipo de investimento nas plataformas... Ele diz, estou lendo aqui, não estou discursando: "de plataforma em todo o planeta".

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Aliás...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só essa frase para complementar e passo a V. Ex^a.



Plataforma de guindaste, com capacidade de duas mil toneladas de elevação de peso e manobra e um dique que permite a construção simultânea de dois navios-plataformas.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É só para complementar, porque o que eu vou ler aqui é de um relatório da Fiesp. Portanto, do ponto de vista político e ideológico, isento.

Olhe o que diz o relatório da Fiesp:

que o produto nacional tinha, em 2004, um grau de sofisticação tecnológica equivalente à metade do grau de sofisticação do produto importado, e, em 2013, esse grau de sofisticação passou a ser o dobro do importado.

Isso corrobora o que V. Ex^a está falando.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – E esse manifesto é do Rio Grande do Sul, mas ele serve para o Rio, para São Paulo, para o Espírito Santo...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para todo o País.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... para todo o País que tem indústria naval.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Continuando, enriquecido, naturalmente, pelos apartes de V. Ex^a.

Olhe que quem escreveu o documento não foi nenhum sindicato – esse detalhe, minha Líder –, porque ele cita aqui o nome do Presidente Lula e tem o apoio de toda a sociedade esse documento:

A política de exigir conteúdo local, implantada pelo ex-Presidente Lula, levou para a região outras empresas e tecnologias que agora estavam se estabilizando e sustentando milhares [e milhares] de empregos em todas as cidades [...] [da região. Fala aqui "do entorno", para ficar fiel ao que está escrito] e até mesmo em outros Estados da Federação. A retirada de um casco pronto, que foi levado para a China, e o cancelamento de contrato de construção da chamada Plataforma 71 [chamada] (P-71), resultaram [só ali, só ali] na demissão imediata de 3.500 trabalhadores somente neste estaleiro da Engevix. Como estamos tratando de um arranjo produtivo [...] [interno], muitas outras demissões estão acontecendo na região, até o comércio local [das cidades próximas do Rio Grande] começar a fechar as portas e demitir seus trabalhadores. Esse fato terá reflexo [segundo diz o documento] em todo o País.

Eu estou dando o exemplo do Rio Grande.

A Petrobras pleiteia junto à Agência Nacional do Petróleo o fim da obrigatoriedade do conteúdo local, [que V. Ex^a destacou aí] desta forma estaria livre para fazer estas contratações no exterior em sua totalidade.

Manda para fora o projeto, faz tudo lá, entrega aqui pronto em um período de tempo maior e mais caro do que se fizesse aqui no Brasil.



Com isso estaremos matando a indústria ligada à construção de plataformas no Brasil e internacionalizado todo o conhecimento hoje adquirido no nosso País para o setor.

Não é menor o fato de que estas plataformas têm como objetivo explorar o petróleo que se encontra na chamada área do pré-sal.

O que o poder público local (especificamente a Prefeitura de Rio Grande), os trabalhadores e os empresários do setor propõem como saída para esta crise é a retomada pela Petrobras da construção [...] [de plataformas, como, por exemplo, a P-71] imediatamente.

[...]

Com isso estaremos [pelo menos] garantindo a retomada de [cerca de 3 mil empregos, mais precisamente] 2.800 diretos [...] [e outros, mas, com certeza, mais centenas e centenas de indiretos] e a manutenção [ainda] de toda a cadeia produtiva [que, no geral, dará mais que mil novos empregos].

Esta plataforma encontra-se com 50% da sua construção concluída, por exemplo, mais de 70% do casco pronto e teria seu prazo de entrega estimado em 16 meses.

Nenhum estaleiro no mundo conseguiria entregar esta plataforma num prazo menor do que este, se viesse a ser contratado agora [partindo do zero. É jogar dinheiro pela janela].

Como o casco não está concluído, ele não pode ser removido para lugar nenhum [quero ver como é que eles vão fazer]. O custo para finalizar a plataforma no estaleiro da Engevix é de aproximadamente US\$213 milhões, o que é muito menos que começar do zero (estima-se que, mesmo na China, não sairia menos de US\$400 milhões).

Deixamos de investir – aqui são os dados dos técnicos, empresários e trabalhadores – US\$213 milhões para pagar US\$400 milhões, 100% a mais.

É por isso que eu não entendo mais nada neste Governo. Não entendo a reforma da previdência, não entendo essa reforma trabalhista. Querem acabar com os empregos, com os trabalhadores, com os aposentados e, agora, até com os empresários e consumidores. Não consigo entender.

Eu confesso que eu faço força – não tenho dormido bem à noite, confesso, desabafo aqui na tribuna –, porque eu fico pensando o que este Governo quer. Tira o direito do trabalhador, tira o direito dos aposentados, a pessoa tem que trabalhar até a morte, os jovens não terão emprego, e começa a desmontar a indústria.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – E manda, exporta os nossos empregos. É isso! Mandar, por exemplo, fabricar essa plataforma fora é um crime de lesa-pátria. Senador Paim, só para dar um dado para corroborar para V. Ex^a e para efeito de comparação: na 13^a rodada de licitação de petróleo que ocorreu em 2015, o conteúdo local exigido para áreas em terra variava de 70 a 77%, que é o padrão internacional dos países desenvolvidos. Para os blocos *offshore*, as exigências mínimas ficavam entre 37 e 51% e, na fase de exploração, de 55 a 63%. Olha a proposta de conciliação que eles estão querendo colocar hoje na mesa para os empresários! Porque eles estão negociando com os empresários, trabalhador não entra lá, não negociam, eles não estão nem aí. Trabalhador é estatística, é número, eles tratam na planilha, não é gente para eles. Mas, para os empresários, a quem eles têm que dar uma resposta, eles estão propondo o seguinte: que, na fase de exploração, a exigência mínima seja de 18%; no desenvolvimento, 25%; e passaria a 40% no escoamento da produção. Quer dizer, os três



percentuais máximos que eles estão colocando na área de tecnologia são 15, 25 e 30. Isso é o desmonte completo da indústria, completo, não vai recuperar nada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E o emprego vai...

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Mas já foi.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já vai chegar aos 20 milhões.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O Polo Naval do Rio Grande do Sul era um dos mais avançados. Nós temos construção de polo naval em São Paulo, em Pernambuco, no Rio de Janeiro. O do Rio Grande do Sul era o mais avançado. Então, para V. Ex^a estar aqui nessa tribuna falando da situação em que está, imagine os outros, que estavam recomeçando. Por que é que nós estamos com crise no Rio de Janeiro? Só porque há problemas de desacerto nas finanças do Estado? Claro que há, mas essencialmente porque a receita de petróleo e gás foi ao chão lá, pelas barbaridades que eles estão cometendo. Estão entregando o nosso patrimônio para o exterior e achando que isso é bonito e é correto. E agora vão vender as terras também. Aí vai ficar legal. Aí a elite vai embora daqui, porque não precisa, e nós vamos voltar ao período colonial. Sabe, colonial? Em que a elite ficava lá fora explorando as riquezas internas do Brasil. É lamentável o que nós estamos assistindo com isso, Senador Paim, e realmente uma tristeza. Ontem eu falei, aqui da tribuna, sobre a questão do Minha Casa, Minha Vida, que eles estão desmontando. Essa gente não se preocupa com as pessoas, infelizmente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É como eu tenho dito, não é de hoje. Eu não me surpreendo se o Governo encaminhar um dia ou outro para cá, de forma sutil, porque não vai explicitar que é isso, só um artigo de uma lei: "Revogue-se a Lei Áurea". Mas só que aí pega brancos e negros, não pega somente os negros, como foi no passado. Porque, se estão tirando tudo, inclusive o emprego, alguma coisa tem que estar por trás disso.

A Petrobras poderia recuperar o valor que levou a prejuízo [por] ter encerrando contrato antes do seu final.

Portanto, se é verdadeiro o discurso que a Petrobras está tomando uma decisão técnica pelo menor preço pago pela companhia, nada justifica contratar essa plataforma em outro país [em vez de] fazer a conclusão da P-71 aqui no Brasil. [Isso, sim, seria economia.]

O discurso que é mais barato comprar uma plataforma na China não leva em consideração várias questões: a P-71 já está 50% construída e paga no Brasil, faltando apenas concluir a parte restante;

As condições de trabalho na China levam em conta a grande facilidade de substituir um trabalhador que porventura venha se acidentar por outro, sem custos adicionais [...]. [É o que eles dizem. Isso faz com que o investimento em segurança do trabalho seja menor.]

Agora, é aquilo que V. Ex^a dizia: é a desumanização da política. Não importa se o trabalhador perder um braço, uma perna ou a cabeça, o importante é o lucro. Temos certeza de que esse investimento de proteção à vida dos trabalhadores deva ser apontado como um



diferencial positivo, e não negativo, do nosso País, e não um custo a ser eliminado por aqueles que querem derrubar a NR-12.

A Petrobras é uma empresa pública que deve se preocupar com o seu valor social, e nada justifica [milhares e milhares de empregos perdidos aqui e mais de] 3 mil empregos na China, em detrimento dos trabalhadores [do nosso País] [...];

Não é somente a indústria naval que perde, mas [...] todo o ambiente econômico e social.

O comércio perde, o Poder Público perde e sem recursos deixa de fazer os investimentos que a sociedade precisa.

Diz o documento, concluindo aqui:

As empresas do polo naval buscaram financiamentos do BNDES que não terão mais recursos para cumprir seus compromissos e o prejuízo recairá sobre o Poder Público [...].

É aquilo que V. Ex^a falava do BNDES.

No final, eles pedem que a gente faça um apelo, para que a gente convoque o Presidente da Petrobras. Vamos convocar...

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O BNDES também, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – BNDES também. Que venham para cá.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Se me permite, nós podíamos fazer uma audiência conjunta da CAE, da CDH, da Comissão de Ciência e Tecnologia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De Desenvolvimento Regional.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Desenvolvimento Regional, o Presidente da Petrobras, o Presidente do BNDES, chamar o pessoal da indústria e comércio, chamar a Federação das Indústrias e o representante dos trabalhadores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, a Fiesp. Porque, às vezes, eu quero... Permita só.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sim, claro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Porque eles têm a mania de dizer que a gente só olha para o trabalhador. Não. Eu estou olhando para os dois aqui, para o empresário...

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Claro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por isso, a Fiesp tem que ser convocada sim.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Aliás, V. Ex^a está lendo um manifesto que é assinado por trabalhadores e empresários.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Trabalhadores, empresários e toda a sociedade da região.



A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Essa é uma luta que está unindo. Portanto, eu concordo com V. Ex^a. Eu acho que é um caso tão sério, tão importante para o Brasil que nós teríamos que encaminhar. Eu me coloco à disposição de V. Ex^a para que façamos juntos uma audiência pública, num horário em que possamos discutir exaustivamente, e estejam representantes de todos os setores que são interessados no desenvolvimento da indústria nacional, no emprego, no desenvolvimento nacional, na melhora da nossa economia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Agradeço à Senadora Gleisi pelos apartes. Agradeço muito à Senadora Ana Amélia pelo tempo que nos concedeu.

Eu tinha outro pronunciamento, mas não farei isso. Já é demais. Eu só sintetizo o pronunciamento aqui. E vamos ao debate, passar a palavra, naturalmente, aos Senadores. É um pronunciamento, Senadora, que não vou ler, naturalmente, sobre a terceirização. Eu estou muito preocupado. O PL 30 está aqui. O meu relatório está pronto para ser discutido onde quiserem: nas comissões, em primeiro lugar; e depois no plenário. Não digam que eu não entreguei o relatório. O relatório está entregue.

Eu cheguei a fazer dois relatórios, porque a malandragem é a mesma que existe na política, mas não estou acusando ninguém. Fiz um relatório para o PL 30. Fiz um relatório para o PL do Senador Randolfe. Fiz um relatório para o Senador Marcelo Crivella, que é o atual Prefeito do Rio de Janeiro. Fiz um relatório para o projeto... Estão todos comigo, só que fiz um requerimento à Mesa para apensar os projetos. Eles não deixam apensar. Só que eu sou o relator de todos, como eu faço? Eu pergunto até à Mesa, se houver alguém: como eu sou o relator de todos os projetos, como a gente faz? Eu vou fazer cinco relatórios do mesmo tema? Respondam-me, por favor, se a Mesa tiver condição. Eu sou o relator de todos os projetos de terceirização que estão na Casa, e os relatórios estão prontos. Eu estou mandando entregar, e eles não sabem onde entregar mais. Eu faço um relatório para cada um? E todos os relatórios são iguais. Em todos eu digo: rejeite-se o atual, ou substitutivo ao atual, na forma do relatório que eu fiz, viajando todo o País.

Este é o imbróglio...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... que está aqui na Casa: um único tema, cinco projetos. Não deixam apensar, e eu fiz cinco relatórios. O que fazemos com esses cinco relatórios? E o relatório meu é o mesmo para os cinco projetos.

Mas, pior do que isso, há o Projeto 4.302, de 1998, que está lá na Câmara. O que eles querem fazer? Esquecer os cinco que estão aqui, um deles já passou na Câmara, está conosco aqui, e eu já estou com o relatório pronto, e tocar para frente um que é um arremedo, que terceiriza tudo – acho que até o inferno eles terceirizam, aquele que está na Câmara, até o inferno. Acho que o diabo vai ter que fazer uma discussão com eles.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Querem que tudo seja terceirizado.

Só vou concluir esse raciocínio, Senadora.



Aquele que está na Câmara, no caso. Eles querem votar aquele agora, porque estão preocupados com esses cinco relatórios que eu fiz aqui. Aquele é o pior de todos.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora, eu fiz um questionamento à Mesa, naturalmente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – São duas coisas, Senador Paim. O senhor provocou a Secretaria da Mesa a respeito dos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Dos cinco projetos.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – De como estão.

Na verdade, V. Ex^a era relator na Comissão de Defesa Nacional, que foi uma comissão especial extraordinária criada pelo ex-Presidente Renan Calheiros para debater as agendas prioritárias do Senado Federal. E V. Ex^a, nessa Comissão de Defesa Nacional, estava com a responsabilidade dessa relatoria sobre a terceirização.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De um dos projetos.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, mas esse especificamente, porque ele era o global.

Então, essa comissão extraordinária foi extinta. E agora é preciso uma redistribuição desses temas na constituição das novas comissões temáticas. Temos apenas ainda a instituição da Comissão de Constituição e Justiça, a CCJ. Só há ela instalada. Mas faltam ainda a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Relações Exteriores, a Comissão de Agricultura, a Comissão de Meio Ambiente, a Comissão de Infraestrutura, a Comissão de Desenvolvimento Regional, a Comissão de Direitos Humanos. São as que eu tenho lembrança de cabeça. Então, de acordo com o processo legislativo, há que se aguardar a composição das novas comissões. O tema, claro, é prioridade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas aqui, então, no meu pronunciamento, eu já faço um apelo à Mesa, porque as manobras às vezes acontecem nos melhores Parlamentos do mundo. Eu sou o relator deste tema. Viajei os 27 Estados para construir o relatório. Que não venha agora uma malandragem, porque eu faço parte das comissões em que estão tramitando esses projetos. Esse PL 20, por exemplo, deve ir para a CCJ. Pois eu sou o relator dessa matéria na CCJ. Se mandarem para a de Assuntos Sociais, sou relator da matéria lá. Só espero que respeitem o trabalho feito durante um ano, que o nosso relatório, na comissão respectiva, seja considerado e que eu possa apresentar o relatório em plenário. Se for na CCJ, que assim o seja. Se for na Comissão de Assuntos Sociais, que assim o seja. Mas o meu relatório está pronto para ser discutido no momento adequado. O que não dá é desconhecerem o trabalho de um ano e, de repente, por interesses mesquinhos, dizerem "não, você não é mais o relator", e o relator ser outro. Espero que haja grandeza neste Parlamento. Se querem me derrotar, que me derrotem no voto e não na malandragem. Vamos por voto, vamos debater o relatório. É da democracia isso.

V. Ex^a já foi derrotada. Acho que, em alguns projetos aqui, eu também. Agora não venham com essa de dizer: "Não, o Paim não é mais o relator". Sou o relator, porque trabalhei o ano todo.



Vou vir à tribuna para ler o meu relatório, queiram ou não queiram, no momento em que esta matéria entrar em debate. Espero só que não ponham aquela proposta que está lá na Câmara, porque, infelizmente, aquilo até para o diabo seria problema, ele não ia permitir que terceirizassem tudo. Por isso, eu, como sou católico e acredito em Deus, que Deus me ilumine e ilumine este Parlamento para não fazer esse crime contra o nosso povo – mais um! –, contra o povo brasileiro.

É o resumo, Sr^a Presidenta, do tema da terceirização. Vou aprofundá-lo num outro momento.

Mas agradeço muito a V. Ex^a, que me deu aí acho que quase uma hora.

DISCURSOS NA ÍNTEGRA ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO. (Vide item 2.1.1 do Sumário)

(Inseridos nos termos do art. 203, do Regimento Interno.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Paulo Paim, eu queria endossar o requerimento de V. Ex^a de pesar pelo grande radialista, meu colega, porque considero todos os comunicadores meus colegas. Conheço a biografia dele, o papel dele na comunicação do nosso Estado não só como comunicador mas como empreendedor do setor, um apaixonado pela cultura gaúcha, pela lide do campo. É uma perda realmente sentida por todos nós. Então, eu me associo a V. Ex^a. Será acolhido o requerimento de pesar.

Eu gostaria de pedir a V. Ex^a, Senador Paim, que me ajudasse aqui, porque a Senadora certamente vai falar, mas eu já estou inscrita.

(A Sr^a Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Passamos a palavra neste momento à Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul, que presidiu por um período em torno no mínimo de 50 minutos em que eu usei a tribuna. Agradeço desde já a tolerância, porque o tempo, para que todos saibam, é 20 minutos. É claro que eu terei a mesma tolerância com as duas nobres Senadoras que estão no plenário.

Senadora Ana Amélia, com a palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada pela atenção.

Ao longo da minha carreira, eu tive que me disciplinar ao uso do tempo para veículos que eram medidos por segundos, não por minutos. Então, na televisão, eu tinha que fazer um comentário em 30 segundos e tive que me educar para a objetividade. Portanto, esse vezo eu trago para a política, o que, de alguma maneira, serve e tem utilidade na compreensão dos temas às vezes mais complexos para destrinchar.

Quero saudar os nossos telespectadores que, de alguma maneira, véspera de Carnaval, no Brasil do Carnaval, quero saudar todos, os nossos colegas Senadores e Senadoras, e dizer que vou sábado, com alguns colegas Senadores e Deputados Federais, atendendo um convite de instituições israelitas judaicas para uma visita oficial a Israel. Vamos conhecer Tel Aviv e Jerusalém. É uma visita de estudos e trabalho intenso, a agenda é de absoluto comprometimento, de muita informação com a realidade do Oriente Médio e com o que acontece naquela região.

Queria dizer que forneceremos depois um relatório desse trabalho.

Quanto mais nós saímos de casa para ver o mundo, mais aprendemos com um país como Israel, que foi reconhecido como Estado pela ação de um diplomata ou de uma figura da qual nos



orgulhamos muito, Oswaldo Aranha. Ele fez o reconhecimento do Estado de Israel, isso nos idos dos anos 45.

Por tudo isso, penso ser relevante. Aceitei com bom agrado o convite honroso que me foi feito pelas instituições israelitas. Colegas Senadores, como o Senador Jorge Viana, o Senador Humberto Costa, o Senador Ricardo Ferraço, estarão participando desta comitiva nessa visita, e mais a Deputada Bruna Furlan e o Deputado Pedro Vilela.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Ana Amélia, permita-me.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Primeiro, quero cumprimentá-la. E peço a V. Ex^a, naturalmente junto com a delegação, se puder, para justificar, pois recebi o convite, mas, como sou relator de projetos, como tentei explicitar da tribuna nos apartes da nobre Senadora, eu não pude aceitá-lo. Porém, sei que a delegação será do mais alto nível e eu estarei representado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Essa semana a gente viaja, será uma semana pré-carnaval. Então, penso que não terá prejuízo por falta nossa presença.

O nosso Presidente, Eunício Oliveira, tem cumprido rigorosamente aquilo que se dispôs a fazer como Presidente: começar as sessões da Ordem do Dia às 16h – que acho que tornou o trabalho aqui, no Senado, mais civilizado, igualando-se aos parlamentos do mundo – as decisões tornam-se mais qualificadas, e temos mais tempo de examiná-las – e às quintas-feiras, às 11 horas. Então, eu queria realmente destacar esse empenho do Presidente de cumprir esse horário. Assim, eu gostaria que ele não colocasse em votação, na semana que vem, o tema relacionado a foro privilegiado, mas a esse assunto eu voltarei logo em seguida.

Não posso deixar de mencionar, mais como Senadora do Rio Grande do Sul, sobre o polo naval, que V. Ex^a citou, e cujo peso maior está no Rio Grande e em São José do Norte. É uma questão que procuro "despessoalizar", mas não podemos ignorar qual o centro da Lava Jato, que está repousando em torno de quê? Da Petrobras e das suas relações promíscuas com grupos de grandes empreiteiras e com interesses partidários muito nítidos, revelados nas delações de grandes empreiteiros e de dirigentes. Inclusive, agora, outro braço dessa investigação alcança Belo Monte, na área de energia.

Porém a Petrobras, o orgulho brasileiro, que continua sendo o orgulho brasileiro, foi – eu diria – massacrada por um esquema de corrupção ali dentro que destruiu a nossa estatal. A Petros, o fundo de pensão dos trabalhadores, está hoje com problemas sérios por má gestão e em razão do uso partidário-ideológico dessas instituições. E não é só a Petros, mas o Previ, o Postalis e também o Fundo da Funcionários.

Lamentavelmente, é a aposentadoria de trabalhadores das estatais. E temos que abordar dessa forma também. Não podemos ignorar as consequências nefastas que desaguardam nesta crise profunda que o País está vivendo.

O dilema que nós enfrentamos, entre privilegiar o setor interno, e a indústria nacional, e a indústria estrangeira, não existe. Nós temos que ter racionalidade suficiente para acomodar, num mundo globalizado, os interesses nacionais, preservando-os prioritariamente, mas não nos cegarmos à ideia de uma associação, uma parceria, uma *joint venture* com quem tem mais tecnologia que nós.



Durante muitas décadas, o Brasil padeceu de atraso sensível, que lesou o interesse nacional na área da informática, no governo militar. E este atraso, quando foi recuperado, com a liberação da entrada de capital estrangeiro, mudou radicalmente. E, hoje, nós temos uma situação absolutamente nova no mercado da informática, ciência e tecnologia. Cada vez mais, esses setores estão avançando radicalmente, num avanço que acontece de um dia para o outro.

Quem diria que um telefone celular hoje fosse fazer milhares de operações, entre aplicativos de todos os jeitos? Com apenas um aparelho celular, nós entramos em contato com o mundo, nós nos aproximamos do mundo, nós termos informações sobre tudo, sobre saúde, sobre mercado, sobre todo o noticiário internacional? Os *blogs* hoje ocupam o lugar da imprensa, como foi citado aqui, Senador Paim. Aproveito para saudar a nova direção dos blogueiros do Distrito Federal; também fui representada lá pelo Renan Araújo, e o nosso querido Edgar Lisboa faz parte da diretoria.

Hoje, as redes sociais têm peso, porque a tecnologia abriu esse espaço. Abriu esse espaço para mudar, através de mudanças de aplicativos, também as próprias relações de capital de trabalho. Vem aí o Uber; vem o Airbnb, na área da locação de imóveis residenciais.

Gente, se nós ficarmos com um visor nos nossos olhos, nós não vamos avançar. Não podemos centrar na dicotomia entre o bem e o mal. Nós temos um meio caminho sobre o qual falar.

Então, falando sobre essa questão, eu recebi, com muita honra, Senador Paim – e falo, porque V. Ex^a abordou o caso de Rio Grande –, um convite dos diretores da Estaleiros do Brasil Ltda. (EBR). Esse estaleiro está instalado na cidade de São José do Norte, ao lado de Rio Grande, e está executando a construção da Plataforma de Produção de Óleo e Gás FPSO P-74, unidade que produzirá, em breve, nos campos do pré-sal localizados na Bacia de Santos. Então, nós temos que ver o outro lado, que é o que eu estou fazendo aqui.

O referido projeto representa importante marco à indústria nacional e, mais especificamente, ao setor industrial e socioeconômico do Rio Grande do Sul, onde cerca de 2.500 pessoas encontram-se empregadas e em plena atividade para a operação do estaleiro EBR.

Nosso objetivo [dizem os dirigentes], durante a visita [que me convidam para ver], será demonstrar a capacidade industrial gaúcha para a execução de projetos complexos para o setor de óleo e gás, bem como discutir e ressaltar a importância e relevância da continuidade das atividades nos próximos anos.

Consideramos importante destacar que a Fiergs – Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul acompanhará a visita através da presença de seu quadro executivo [...].

A EBR, uma empresa gaúcha, terá orgulho em demonstrar sua capacidade industrial no Rio Grande do Sul para contribuir com o desenvolvimento das reservas de óleo e gás brasileiras e o desenvolvimento socioeconômico do próprio Estado, bem como apresentar nosso Programa de Compliance [muito importante; parabéns à direção da empresa!] como um movimento de cultura organizacional que integra todas as relações, incluindo [as relações institucionais com] o Poder Público, em conformidade com a Lei brasileira Anticorrupção 12.846.

Colocamo-nos à inteira disposição para quaisquer informações [...].



Assinam essa mensagem informativa, que veio junto com o convite para a visita, que terei imenso prazer de fazer, o Sr. Mauricio Godoy, Presidente de Estaleiros do Brasil Ltda., e Wataru Nosaka, que é o Vice-Presidente.

Eu trago aqui essa informação para verem o que essa atividade está fazendo.

Quanto à questão relacionada à dicotomia, ou à divergência, ou ao conflito imaginário – quando se quer criar, se bota pelo em ovo, um conflito inexistente –, eu vou ler aqui um artigo que saiu hoje assinado pelo Prof. Hubert Alquéres, que é professor, é do Conselho Estadual de Educação de São Paulo e foi Secretário-Adjunto de Educação de São Paulo. Abre aspas, texto do professor:

Livrando o setor de óleo [...] das amarras é [...] de interesse nacional. Mas não é sinônimo de jogar fora a água suja da banheira com a criança dentro. A Política de Conteúdo Local pode prestar relevantes serviços ao país, se estiver acompanhada de critérios de competitividade e produtividade.

Fora disso, desaguará em reservas de mercado, terreno fértil para o atraso tecnológico [lembrem da área de informática] e para a realização de interesses corporativos [que nem sempre são os interesses da coletividade brasileira, particularmente dos trabalhadores que precisam de emprego nesta hora de crise].

Eu trago isso para mostrar um lado da situação, que é o meu ponto de vista, respeitando a posição contrária daqueles que pensam de maneira diferente. A democracia pressupõe exatamente esse contraditório.

Por isso, tendo em vista essa questão, eu recebi o Prefeito de Rio Grande, que pertence ao Partido do Senador Paulo Paim, o Prefeito Lindenmeyer, tratando de vários temas. Como Senadora que sou, eu não faço nenhuma discriminação no atendimento das demandas regionais, porque são de interesse coletivo, e é essa a responsabilidade que nós Parlamentares temos. Temos que tratar dessas questões, como a preocupação dele com o desemprego e com a retomada dos financiamentos nos projetos do Polo Naval, além de outros assuntos relacionados, por exemplo, à educação, a creches e às escolas do Município de Rio Grande. Estou ajudando e colaborando no que posso em relação a essas demandas.

Também, vejam só, essa empresa vinculada ao Polo Naval quer apresentar o seu projeto de *compliance*. O que é *compliance*? É um nome em inglês, como *lobby* e outras palavras, que significa o rigor que a empresa tem na relação ética, responsável e transparente com os órgãos oficiais, seja o Poder Judiciário, seja o Ministério Público, seja o Poder Executivo, seja o Poder Legislativo, em todos os níveis federativos – Municípios, Estados e União. Essa preocupação com *compliance*, depois da Lava Jato, depois do que aconteceu com a Petrobras, é urgente e inadiável para todas as empresas privadas brasileiras.

Aliás, vale lembrar que, apesar das críticas que se fazem à Lava Jato, essa operação está chamando a atenção do mundo, está servindo como referência e exemplo do que pode ser feito em relação ao controle da corrupção e também da impunidade.

Queria também, neste período aqui, nos vinte minutos que me cabem – hoje vou usar apenas isso, Senador Paulo Paim –, lembrar que nós aqui costumamos ter muitas queixas em relação à judicialização da política ou à politização do Judiciário e todas essas mazelas que se relacionam à interpretação da lei, quando há lei. E nós aqui temos culpa no cartório. Por quê? As leis saem desta Casa, as leis são feitas por nós. Se nós não fazemos uma lei que tenha clara compreensão,



que facilite a interpretação pelo magistrado, não podemos reclamar, numa hora em que essa interpretação possa eventualmente sair, não dentro daquilo que era o espírito, que foi produzido aqui na Casa, mas na interpretação do pensamento divergente de um magistrado.

Novamente estamos diante de um quadro em que a Suprema Corte vem para determinar, à Câmara dos Deputados, que reabra as dez medidas de combate à corrupção, ou seja, alguma coisa aconteceu para que a Suprema Corte tomasse essa medida, que é inédita na relação institucional dos Poderes.

E agora também, em relação à questão relacionada ao foro privilegiado, as manifestações dos Ministros da Suprema Corte já sinalizam também que o Supremo Tribunal Federal está entrando e dando um norte para essa delicada matéria, que é também um tema de inadiável compromisso nosso, aqui no Senado Federal e na Câmara Federal.

Um dos Ministros da Suprema Corte, Ministro Roberto Barroso, ao mostrar o número de processos que tramitam no Supremo Tribunal Federal – são 357 inquéritos e 103 ações penais contra Parlamentares, números da Assessoria de Gestão Estratégica do STF, mencionado em despacho pelo próprio Ministro Roberto Barroso –, ao citar os dados, destacou que – abro aspas – "foro privilegiado é hoje causa frequente de impunidade, e se tornou uma perversão da Justiça". O Ministro defendeu uma interpretação mais restritiva sobre o alcance do tal foro privilegiado, que teria caráter excepcional, limitando-se especificamente aos crimes cometidos durante o mandato de políticos – sejam vereadores, prefeitos, ou seja, políticos que estejam ocupando mandatos, Ministros de Estado ou Presidente da República e assim por diante, governadores, prefeitos, Presidente da Câmara e Presidente do Senado –, e que dizem respeito estritamente ao desempenho daquele cargo.

A crítica foi feita no despacho em que o Ministro decidiu levar ao Plenário do Supremo Tribunal Federal uma ação penal proposta pelo Ministério Públco contra o atual prefeito de Cabo Frio, Marcos da Rocha Mendes, por crime eleitoral. Não vou entrar em detalhes do processo, pois isso diz respeito à Justiça. O que me cabe aqui, institucionalmente, é dizer: Senador Paim, eu aqui – V. Ex^a também tem tratado dessa questão do foro privilegiado – já radicalizei imaginando que temos que acabar com o foro privilegiado para todas as autoridades: fim do foro para presidente do Supremo, dos tribunais superiores, do presidente do Senado, da Câmara, do presidente da República, para os senadores, para os deputados.

Mas eu, em apoio ao projeto do Senador Alvaro Dias, que vai na mesma direção do entendimento do Ministro Barroso, e que está aqui andando há algum tempo, Senador Paim... E aí, de novo, nós ficamos com a culpa em cartório: estamos devendo essa resposta em relação a esse tema tão sensível.

Temos que fazer um enfrentamento do foro privilegiado porque a posição do Senador Alvaro Dias é esta: "Fica restrito o foro no exercício dos mandatos das autoridades citadas ou indicadas para tal." Eu penso que, talvez – e tenho sempre a preocupação com o bom senso, com o equilíbrio e com a responsabilidade –, esse caminho que o Ministro Barroso oferece seja o caminho equilibrado entre a impunidade e a responsabilidade na hora aguda, porque isso também reflete não só em nós políticos, mas também nos ministros da Suprema Corte e na Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Nós temos que entender essa linha de interpretação de como devemos fazer o foro privilegiado em caráter excepcional, limitando-se especificamente aos crimes cometidos durante o mandato de políticos e que dizem respeito estritamente ao desempenho daquele cargo.



(Soa a campainha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu penso que há razoabilidade. Eu, que defendi sempre o fim do foro para todas as áreas, Senador, penso que temos de caminhar pela razoabilidade. Eu me pauto pelo meio termo – a virtude está no meio – e acho que é esse o caminho que podemos trilhar. Não se trata de abrir mão, mas de compreender melhor um tema tão sensível quanto esse. Não devemos deixar ao desabrigo e sem proteção, porque senão não teremos mais pessoas que venham. Às vezes, um cometimento de uma irregularidade na gestão não se deve, absolutamente, à vontade de cometer aquela infração ou aquela ilegalidade, mas às circunstâncias de uma legislação que nós temos no Brasil, da gestão pública e até do setor privado, cada vez mais complexa. É um verdadeiro cipoal, é o País de maior.... Eu diria que temos uma fúria legiferante, como se fala. Produzimos leis, leis, leis, mas não nos preocupamos como elas serão executadas e como elas serão implementadas. Por falta disso, estamos com os nossos tribunais e a Justiça superlotados, não dando eficácia àquilo que a sociedade, que paga a conta para a atividade judiciária, espera: uma resposta adequada, como não temos, apesar dos altos impostos que nós temos, uma prestação de serviços adequada em todos os setores.

As notícias de que hoje, por conta da crise, do desemprego, milhares de brasileiros estão largando os planos de saúde e caindo no SUS, Senador Paim, é um outro dado alarmante de que as pessoas pouco têm se dado conta. Temos falado sobre isso também.

Da mesma forma, as prefeituras municipais. A situação social, com o desemprego, faz com que haja uma evasão: os pais tirando os filhos das escolas particulares e passando para as escolas públicas. Isso aumenta a demanda e a pressão.

Eu quero até cumprimentar a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), presidida pelo Luciano Pinto, Prefeito de Arroio do Sal, do PDT, pela reunião extremamente bem sucedida com os novos gestores municipais, tratando centradamente dessa relação quanto ao chamado Pacto Federativo e de quais os limites. Eu lembrei também da necessidade que temos de examinar essas matérias todas citadas aqui pelo Senador Paim: a questão da reforma da previdência, a questão da legislação trabalhista. Mas nós estamos correndo contra o tempo nesse processo e temos que discutir amplamente essa questão, com razoabilidade, com senso de responsabilidade e não apenas usando o interesse político-eleitoral.

Então, eu queria encerrar dizendo que esta semana foi produtiva e agradecer novamente a todos os Senadores que ajudaram na construção de uma alternativa negociada para a aprovação da lei que desburocratiza a pesquisa clínica em nosso País. A cada dia que passa, você vê a ocorrência, a incidência de novos casos de câncer, de Alzheimer e hoje já aparecendo a ELA, a esclerose lateral amiotrófica. A minha agenda tem sido ocupada grandemente pela questão de saúde. E é nesse aspecto que a pesquisa clínica – agradeço muito renovadamente ao Dr. Paulo Hoff, comandante do Icesp, também oncologista do Sírio-Libanês, um nome respeitado internacionalmente na área científica; ao Dr. Fabio Franke, lá de Ijuí; a todo o grupo da Aliança Pesquisa Clínica, no Brasil, que trabalhou intensamente; à Dr^a Luciana Holtz, do Oncoguia, mas também a todos aqueles que tiveram a compreensão da necessidade desse projeto, que é, em primeira mão, de grande interesse para os pacientes na recuperação da esperança de que, participando de uma pesquisa clínica, podem ter a chance, senão de uma cura total da doença, pelo menos de um alívio na dor. A dor tem pressa, e nós temos que tratar dessa questão. Da mesma forma, vai servir também para o desenvolvimento tecnológico da indústria científica,



auxiliar os médicos pesquisadores, brasileiros e brasileiras que são dedicados a um trabalho extraordinário da pesquisa clínica na área da Medicina. Quantos médicos brasileiros estão em universidades ou centros de pesquisas no mundo inteiro – na Europa, nos Estados Unidos, no Canadá, inclusive em países asiáticos? Nós precisamos que os que estão aqui no Brasil tenham a chance de facilitar o trabalho e o registro de uma pesquisa clínica.

Quero reconhecer também que bastou o início desse debate para que os organismos que hoje ainda estão com a responsabilidade dos registros tenham avançado enormemente, reduzido grandemente o estoque de pedidos e tenham também agilizado a concessão desses registros. Penso que só com relação a esse aspecto já valeria o trabalho desenvolvido por nós e pela compreensão disso.

Agradecer também ao Senador Walter Pinheiro, um Senador de uma visão extraordinária, possuidor de um equilíbrio, de um comprometimento com a ciência e a pesquisa científica, e ao Senador Waldemir Moka, que aqui trabalharam, além dos relatores que trabalharam na Comissão de Constituição e Justiça, ao Senador Eduardo Amorim, que é médico, médico da dor, ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que foi Relator na CCT, Comissão de Ciência e Tecnologia, e, por último, na Comissão de Assuntos Sociais, terminativamente, ao Senador Otto Alencar, que é um médico conceituado, um ortopedista muito respeitado da Bahia e que faz um brilhante trabalho no Senado Federal. Graças também à contribuição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Moka, foi possível chegar a um entendimento sobre o direito do paciente que participa dessa pesquisa clínica. Antigamente, chamava-se, vulgarmente, esse paciente de "cobaia", mas essa palavra não se usa mais. Esse paciente é parte do processo da pesquisa clínica e recebe o medicamento gratuitamente até que os órgãos públicos insiram essa medicação no seu rol de fornecimento à sociedade brasileira.

Então, foi um ganho enorme para milhares de brasileiros e brasileiras que estão com pressa, porque sofrem muito com essas doenças.

Muito obrigada, Presidente Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Ana Amélia.

Eu passo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann, mas, de pronto, deixando esse compromisso que assumimos de chamar o presidente da Petrobras, o prefeito do Rio Grande, o secretário de Direitos Humanos, Indústria e Comércio para falar sobre o desemprego, que toma toda aquela região. E, para que não fique nenhuma dúvida, a melhor coisa é nós debatermos na Comissão. Então, vamos convidar a todos porque o documento que recebi – repito – diz que é desesperadora a situação do povo de Rio Grande e da região com o desemprego.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senador Paim, concordo plenamente com V. Ex^a. Estava até aqui conversando com a Dr^a Esther Dueck, que tem um conhecimento profundo dessa área – é economista –, que nós deveríamos talvez fazer até um seminário aqui no Interlegis, chamar junto os sindicatos dos trabalhadores, chamar as federações de indústrias, representantes, a CNI, chamar representantes do Governo, técnicos, porque isso não é uma questão político-partidária-ideológica; isso é uma questão de desenvolvimento nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se V. Ex^a me permitir...



A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR)
 – Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Podemos fazer via videoconferência.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR)
 – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E o povo lá de Rio Grande acompanhar o debate.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR)
 – Ótimo.

De Rio Grande, do Rio de Janeiro, de Pernambuco...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De Pernambuco. Videoconferência...

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR)
 – De todos os lugares...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nas assembleias. Brilhante ideia!

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR)
 – E do Paraná, porque embora o Paraná não tenha lá a fabricação de plataformas – estava iniciando –, mas tem uma cadeia produtiva que dava condições para o consumo da Petrobras. Então, acho que temos que chamar todos esses setores.

Eu quero me colocar à disposição de V. Ex^a para pensarmos isso e fazer um bom debate, uma boa discussão para ajudar o nosso País, porque são os trabalhadores de ponta que sofrem, mas também são os engenheiros que sofrem. A engenharia está sofrendo.

Era muito interessante. No final do governo da Presidenta Dilma, em 2015, ela dizia assim: "Este é o primeiro ano em que estamos formando mais engenheiros do que advogados." Nada contra os advogados – eu também sou advogada –, mas, se formarmos engenheiros, quer dizer, você está produzindo no País. Agora, nós estamos desempregando o nosso setor de engenharia e desempregando todos os trabalhadores. É uma pena!

Mas é muita coincidência, Senador Paim, V. Ex^a trazer esse tema e eu tinha preparado exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E não foi combinado nada. É o clamor de fora para dentro do Congresso.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR)
 – Não combinamos.

Estamos antenados com a situação que faz tanto mal ao nosso povo brasileiro. Eu realmente tinha preparado um pronunciamento sobre a questão do conteúdo local em razão de um debate que foi feito no BNDES, em razão de conversa com a Dr^a Esther e também em razão de um documento que a Fiesp lançou e que eu achei importante trazer para que nós pudéssemos internalizar aqui no Parlamento essa discussão e poder ajudar a ter uma solução porque isso é o desenvolvimento do Brasil.

Então, eu queria começar aqui o meu pronunciamento, Senador Paim, e também para quem está nos ouvindo pela Rádio Senado e assistindo pela TV Senado, dizendo que esse tema eu considero um dos mais importantes para o desenvolvimento nacional. Nós temos que ter propostas



para a saída da crise – emergenciais – que a nossa Bancada já está discutindo. Vamos lançar, logo após o Carnaval, um conjunto de propostas para saída da crise, mas vamos também lançar uma proposta de resgate do desenvolvimento, e o conteúdo local é carro-chefe para isso. Sem ele, nós não vamos resgatar o desenvolvimento nacional.

Ao longo dos governos do Presidente Lula e da Presidente Dilma, Senador Paim, o PT foi, muitas vezes, acusado de promover a desindustrialização do País, acusado de desmontar a indústria ou, mais do que isso também, de impedir um crescimento industrial porque colocava amarras ao desenvolvimento, quando, na realidade, durante os 13 anos em que estivemos governando o Brasil, nós atuamos de forma contundente, incentivando setores estratégicos da nossa indústria.

Pois eis que, agora, as injustificadas acusações ficam mais evidentes, na medida em que este Governo promove um ataque sem precedentes aos principais instrumentos de promoção da industrialização nacional.

Primeiro, chamo a atenção para a destruição das políticas de conteúdo local, iniciada de forma agressiva e evidente no setor de petróleo e gás, mas que ameaça diversos outros segmentos – o que o Senador Paim aqui falou com muita precisão.

E olha que não somos apenas nós do PT ou da esquerda que estamos perplexos diante desse cenário. Isso é importante ficar registrado aqui. O estudo recente da própria Fiesp, o qual eu utilizei neste pronunciamento, intitulado "A Política de Conteúdo Local na Indústria de Petróleo e Gás Natural" traz toda a inquietação do setor privado nacional com esse movimento.

Segundo a Fiesp, a revisão da política de conteúdo local está sendo efetuada em um momento inoportuno, pois, dependendo....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A senhora me permite?

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Porque é bom que a população...

Eu estou aqui prestando atenção. Estou até desligando aqui o celular, porque eu estava respondendo aqui questionamentos se há ou não desemprego no Rio Grande. Todo mundo aqui xingando! Claro que há! Não vê quem não quer! Venham ao Rio Grande para ver.

Mas, tudo bem, não é esse o debate.

O documento em que V. Ex^a está se baseando, como V. Ex^a disse, não é do Dieese, não é da CUT, não é dessa ou daquela central; é da Fiesp! Escutem, por favor.

Quero continuar ouvindo.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É da Fiesp.

E, segundo a Fiesp, a revisão da política de conteúdo local está sendo efetuada em um momento inoportuno, pois, dependendo de sua nova configuração, pode levar à recessão e ao desemprego ainda mais, especialmente nos setores fornecedores de bens e serviços para extração e desenvolvimento de petróleo e gás natural. É o caso do Polo Naval do Rio Grande do Sul. É esse o caso.



De acordo com o mesmo estudo, Senador Paim, cerca de 75% dos países em desenvolvimento e 30% dos países desenvolvidos utilizaram-se da política de conteúdo local, segundo estudo de uma instituição internacional USTR.

Países como Estados Unidos, Noruega e Reino Unido adotam regras de conteúdo local. Neste ano, a Arábia Saudita, o maior produtor de petróleo da Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), estabeleceu regras de 70% de conteúdo local, 70%!

Em contrapartida, países produtores de petróleo e gás que não adotaram regras claras e bem definidas de conteúdo local...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sou chato. Conteúdo local significa?

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Emprego aqui, produção aqui. É isso.

Então, em contrapartida, países produtores de petróleo e gás que não adotaram regras claras e bem definidas de conteúdo local, como eu havia falado, caso de Angola, Bolívia, Equador, Líbia, Nigéria e Venezuela, são exemplos da má utilização de seus recursos naturais e enfrentam sérios problemas socioeconômicos. É só pegar a situação da economia desses países para que nós possamos exatamente corroborar com o que estão dizendo.

[No Brasil], de 1999 a 2004, a regra de Conteúdo Local era, apenas, declaratória, ou seja, as empresas declaravam o que havia sido realizado com Conteúdo Local por meio de [uma] nota fiscal [de] aquisição de bens no país, sem verificar se a origem dos bens era, de fato, nacional.

Então, a empresa ia lá e declarava, e o Governo não ia atrás para saber se tinha conteúdo nacional.

A partir de 2005 [com o governo do Presidente Lula], as regras de Conteúdo Local passaram a ser mais específicas, com a adoção da Cartilha de Conteúdo Local e fiscalização [...] [da Agência Nacional do Petróleo] dos percentuais em cerca de 90 itens.

Ou seja, a ANP fiscalizava esses 90 itens, se eram realmente fabricados no Brasil.

Desde então, os resultados no setor de óleo e gás são muitos expressivos. De 1999 a 2015, "o número de trabalhadores passou de 42,3 mil para 108,6 mil, um crescimento de 156,6%. Como referência, na indústria de transformação, essa taxa foi de 65,4%."

Então, como disse bem V. Ex^a, quando se fala em conteúdo local, leiam-se empregos nacionais: empregos, produção aqui.

O valor bruto da produção industrial passou de R\$ 22,6 bilhões em 1999 (a preços de 2015 [preços corrigidos]) para R\$ 63,3 bilhões, crescimento real [Senador Paim, real, aqui já está descontada a inflação] de 180,8% [180,8% em 15 anos, crescimento real].

Por isso que tivemos um *boom* de emprego no Brasil, Senador Paim, por isso que nós tivemos empregabilidade, porque medidas como essas foram adotadas. Emprego não cai de árvore. Não acontece pela intenção do governante, acontece pela ação.

Nos fornecedores de máquinas e equipamentos para a indústria de petróleo e gás, a competitividade no comércio exterior também aumentou, já que a relação entre o valor unitário médio das exportações e das importações de máquinas e equipamentos para



indústria de petróleo e gás aumentou de 0,5 em 2003 para quase 2,0 em 2013. Isso significa que o produto nacional tinha, em 2004 [como disse aqui], um grau de sofisticação tecnológica equivalente à metade do grau [...] do produto importado, e, em 2013, esse grau de sofisticação passou a ser o dobro do importado.

E quando nós falamos isso, nós estamos levando em conta a competitividade nacional sim, porque eu ouvi aqui que nós não levávamos em conta a competitividade. Nós estimulamos onde nós temos competitividade para fazer conteúdo local, mas nós também olhamos para aquelas cadeias produtivas que nos interessam, que podem não ter agora tanta competitividade, mas que nós temos que tomar medidas para que venham a ter. Isso faz a diferença no desenvolvimento do País. Então, nós trabalhamos com competitividade sim, olhamos a competitividade, mas também olhamos onde nós queremos o desenvolvimento.

O pré-sal, Senador Paim, foi viabilizado com alto índice de conteúdo local – alto índice de conteúdo local –, representando 46% da produção de petróleo no País. Nessas jazidas, a marca de 1 milhão de barris de petróleo por dia foi atingida em dez anos, enquanto a Petrobras necessitou de 45 anos para atingir seu primeiro milhão em produção de petróleo fora do pré-sal.

Eu vou repetir: em dez anos, o pré-sal, com forte índice de conteúdo local, atingiu a produção de 1 milhão de barris. A Petrobras levou 45 anos para atingir o seu primeiro milhão de barris. Então, como o conteúdo local atravessa a produção? Onde atravessa? É porque existe interesse estrangeiro aqui, Senador Paim; existe interesse de empresas que querem fornecer para a Petrobras, mas não querem montar estrutura aqui.

Depois, vou ler a relação das empresas que montaram estrutura no Brasil, seja para produção, seja para tecnologia, porque, se não montassem aqui, se não empregassem aqui, não iam fornecer para a Petrobras. É isso que ia acontecer. Mas agora o quê? Nós estamos exportando emprego e estamos acabando com a nossa indústria.

As duas principais plataformas de petróleo, Senador Paim, do Brasil têm, em média, 65% de conteúdo nacional e, juntas, respondem por 15% de toda a produção de petróleo no País. Não é pouca coisa, isso é muita coisa. Isso sem falar no grande impulso à indústria naval, que é o Polo Naval do Rio Grande.

Em 2000, eram apenas 1.910 empregados, os 2 mil que a Senadora que me antecedeu falou aqui que estão sendo criados lá. Em 2013, havia mais de 78 mil empregos diretos, Senador Paim, e 38 mil indiretos, muito diferente dos 2 mil empregos que estão sendo colocados lá, que existiam antes de fazer o desenvolvimento do Polo Naval no Rio Grande.

Há, no Brasil, importantes políticas de conteúdo local. Muitas delas criadas em nossos governos, outras criadas em outros governos, porém todas – todas – ampliadas e incentivadas no nosso governo. Leia-se governo do Presidente Lula e governo da Presidenta Dilma. Nenhum outro Presidente do Brasil fez tanto pelo conteúdo local e pelo emprego, no Brasil, como esses dois Presidentes fizeram.

O Programa BNDES Finame tem a exigência de um índice de nacionalização mínimo dos bens de capital financiados pelo banco no âmbito do programa. O processo produtivo básico são bens produzidos na Zona Franca de Manaus, bens de informática e automação, produzidos seguindo os processos produtivos básicos no País, estabelecidos em portaria interministerial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e do Ministério de Ciência e Tecnologia. E eles recebem isenções tributárias para desenvolver os produtos aqui, em conteúdo local.



O Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp), da ANP: exigência instituída nos leilões promovidos pela Agência Nacional de Petróleo de requisitos mínimos de nacionalização nos investimentos realizados nas fases de exploração e desenvolvimento da produção em contratos de concessão.

O Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento de Infraestrutura, tudo criado nos nossos governos: concessão de benefícios tributários a projetos que atendam a percentuais mínimos de conteúdo local. Ou seja, que deem emprego à nossa gente, aos brasileiros.

O Fundo da Marinha Mercante: embarcações cuja construção é financiada com recursos devem cumprir requisitos mínimos de nacionalização. Nós queremos emprego no Brasil. Nós não queremos dar emprego para a China e para Singapura. Nada contra China e Singapura. Eles que resolvam o problema de emprego deles. Nós temos que雇用 ouros trabalhadores aqui.

A banda larga da Anatel: exigência de percentuais mínimos de equipamentos nos sistemas de telecomunicações e de redes de dados com tecnologia nacional, nas licitações, para autorização de serviço de comunicação em banda larga promovida pela Anatel. Nós exigimos isso. Esse Governo entreguista, agora, está acabando com isso, está tirando o conteúdo local. Eles querem emprego na China, eles querem emprego em Singapura, eles querem exportar emprego. Aliás, a elite quer morar fora para explorar só as riquezas naturais aqui, de preferência com capital estrangeiro.

Nós aplicamos margem de preferência nas compras governamentais. O que é margem de preferência? Nós dívamos a preferência de comprar, nas áreas que eu vou ler aqui, produtos que eram consumidos no Brasil. Por quê? Porque isso empregava. Então, nós demos margem de preferência para comprar confecção, medicamento e fármacos, máquinas rodoviárias, materiais e equipamentos hospitalares, trens urbanos, papel-moeda e disco para moeda.

Aliás, que tristeza! Esta Casa acabou de votar uma matéria autorizando este Governo nefasto a comprar papel-moeda no exterior. Sabe o que eles disseram? "É mais barato comprar lá." É obvio que é um pouco mais barato, mas, se eu compro aqui, eu faço produzir aqui e emprego brasileiro. Se eu compro lá, pago um pouco mais barato e emprego americano, emprego quem quer que seja, mas, quando o produto chega aqui, eu estou com a minha economia no chão, porque eu não tenho quem consuma, eu não dei emprego, eu não dei salário. Então, é uma economia burra, é uma economia burra, economia que os países desenvolvidos não fizeram. Os Estados Unidos têm conteúdo local. Não, papel-moeda e discos para moedas, que nós comprávamos para a Casa da Moeda aqui, no Brasil – pagávamos um pouquinho mais caro, Senador Paim, mas empregávamos gente aqui –, nós liberamos agora. Esta Casa, vergonhosamente – nós votamos de forma contrária –, este Senado, vergonhosamente, autorizou o Governo, numa medida provisória, quando votou aqui, a comprar papel-moeda no exterior.

Outra área...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só um exemplo, concordando plenamente com V. Ex^a.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bem rápido. No desenrolar da cadeia produtiva, é resultado positivo.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Claro.



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu gostei da expressão. Eu uso expressões mais fortes. Eu chamo, por exemplo, a reforma da previdência de irresponsável e covarde, porque ataca o povo.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Covarde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Ex^a usou o termo "uma economia burra".

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Burra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Significa prejuízo para o povo brasileiro.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É claro. Até no curto prazo. Mas, se fosse olhar no médio e no longo prazo, você estaria trazendo para dentro do País tecnologia de produção. Logo, o nosso papel-moeda seria mais barato do que lá fora.

Agora, você tem que ter um período para incentivar a produção. Como é que você vai dizer "nunca produziu"? Aí você vai obrigar a produzir e querer que seja mais barato? Não, é isso mesmo. Os outros países fizeram assim também, Senador Paim. Por isso, a nossa tecnologia na cadeia de petróleo e gás, no início, era menor do que a externa e agora é maior. É disto que nós estamos falando: de desenvolvimento nacional, de dar emprego para os nossos trabalhadores e não ficar exportando.

E, olhe, nós fizemos isso para confecção, medicamento e fármacos, máquinas rodoviárias, materiais e equipamentos hospitalares, trens urbanos, papel-moeda e discos para moeda, caminhões e furgões, patrulhas agrícolas e perfuratrizes, equipamentos de tecnologia, informação e comunicação.

Esse negócio de patrulha agrícola e também de tratores, de maquinário para agricultura nós determinamos que tinha que ser produção local, e foi uma maravilha. Eu sei, porque, no Paraná, nós temos várias empresas, como a Caterpillar, que produziram para vender para agricultores, produziram para vender para pequenos agricultores. Antes, essas máquinas eram importadas – quer dizer, não elas, mas os componentes. Nós desenvolvemos essa cadeia, mas estamos acabando, estamos jogando no lixo, Senador Paim – no lixo. Para remontar isso, vai ser um sacrifício nacional. É uma pena o que nós estamos vendendo.

Nós também tivemos o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa: benefícios tributários para empresas estratégicas de defesa que produzam bens de defesa nacional ou prestem serviços para manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização desses bens. Eu acompanhei isso. Sei o que foi importante, inclusive, para as nossas Forças Armadas.

Quero fazer aqui um apelo às nossas Forças Armadas: que se juntem a nós nessa defesa do nosso patrimônio, do nosso País, da nossa soberania.

Aliás, as Forças Armadas sempre estiveram juntas na luta pela defesa da soberania nacional, são nacionalistas. Faço um apelo para que possamos estar juntos nesta luta, para que o conteúdo nacional continue, para que tenhamos desenvolvimento do nosso País.

O PAC Mobilidade Urbana, Senador Paim: exigência de aquisição de um percentual mínimo de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais nas ações de mobilidades urbanas,



integrantes do PAC. E não só urbanas. V. Ex^a lembra que um dos programas do governo da Presidenta Dilma foi disponibilizar maquinário – patrolas, rolos compressores, maquinários – para as prefeituras, para melhorar as estradas vicinais, tudo produzido aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu participei de eventos no Rio Grande do Sul, em diversas regiões, onde o Presidente, ou a Presidenta depois, ou mesmo Ministros iam entregar a chave dos tratores agrícolas. Era uma festa em toda a região.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Retroescavadeira, patrola.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exato. E não era só a entrega, aquilo era produção, emprego...

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... nacional.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O Paraná produziu muito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lucro para a humanidade, para o País, para a nossa gente. Por isso falo muito em políticas humanitárias, não há mais nada disso.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Os ônibus escolares. Sabe os ônibus...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Marcopolo, Rio Grande do Sul.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Marcopolo, lá no seu Estado. Quantos ônibus nós encomendamos à Marcopolo? Melhorou a...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dei como exemplo, mas, claro, a concorrência é livre. Eu falei Marcopolo, porque é da minha cidade, Caxias do Sul.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É claro, é do seu Estado, não há problema, mas há outras empresas. No Paraná, também há várias empresas que participaram, ou seja, além de melhorar o transporte dos estudantes com ônibus novos, nós geramos emprego, fizemos essa indústria se desenvolver, foi muito importante – muito importante.

Então, é uma tristeza vermos isso hoje. Sabe, Senador, eu tenho vontade de chorar, porque nós não...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com razão.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... vamos conseguir recuperar isso.

Ontem eu falava aqui do Minha Casa, Minha Vida. Mas que barbaridade nós estamos fazendo? Nós estamos tirando do pobre para dar FGTS para quem pode comprar R\$1,5 milhão. Não é certo, este Governo não é sério. Não pode fazer isso. O que está fazendo aqui não é sério.



E aí as pessoas estão desempregadas, há 13 milhões de desempregados. As pessoas estão passando fome e o Governo está olhando como se fosse natural, normal isso. É muito triste.

Mas por que falamos em adotar o conteúdo local e aqui já externamos bastante? Porque se busca adensar as cadeias produtivas, para que parte maior do valor adicionado relacionado à atividade ocorra no País.

A exigência de conteúdo local garante uma demanda mínima para bens produzidos no País. Essa garantia induz o investimento na indústria nacional e permite o aprendizado e o aumento das escalas de produção que levam à redução de custos, gerando emprego, gerando riqueza.

A indústria beneficiária da política gera empregos qualificados e mais bem remunerados do que outros setores. A renda e desenvolvimento tecnológico gerados, graças à política, beneficiam outros setores no País. Permite melhora na balança comercial e redução da dependência das importações. E tudo isso está em risco.

E repito, como V. Ex^a disse aqui várias vezes: não somos só nós da esquerda, do PT, os trabalhadores que estamos dizendo. A Fiesp (Federação da Indústria do Estado de São Paulo), a poderosa Fiesp, junto com as outras federações de indústrias, está dizendo isso no material: grande parte do que eu trouxe de dados aqui foram eles que deram.

Infelizmente, o ataque à indústria nacional não para na desconstrução das políticas de conteúdo local. Há também, de forma igualmente preocupante, o esvaziamento inexplicável do BNDES, o carro-chefe no financiamento de investimentos no País há décadas e que, nos governos do PT, assumiu o papel ainda mais destacado de incentivo ao investimento e à industrialização – que foi criticado nesta Casa, surrado nesta Casa. Senadores subiram nesta tribuna para falar mal do BNDES, dizendo que estava sendo jogado dinheiro pela janela. Agora, o BNDES devolveu R\$100 bilhões para o Tesouro Nacional para pagar juros da dívida. Eram R\$100 bilhões que estavam aportados lá, que poderiam estar sendo usados para financiar a nossa indústria com juro mais barato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – E investimento.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – E investimento.

Não existe país no mundo que fez a sua indústria desenvolver sem subsídio aos juros, não existe, Senador Paim! É por isso que eu fico muito brava com os Senadores que sobem aqui e fazem esse discurso fácil de que nós estávamos gastando dinheiro à toa, que nós não estávamos fazendo os investimentos que deveríamos fazer, que a gente tinha que deixar a iniciativa privada se virar. Com o quê? Com os juros de agora? Sabe o que eles querem agora? Igualar a TJLP à Selic. Isso é um crime, Senador Paim, é um crime. Nós vamos deixar de financiar os investimentos dentro do País.

A gente pode afirmar, sem risco de errar, que atualmente o Brasil só produz bens de capital em decorrência da atuação de um banco de fomento como o BNDES. Se não existisse o BNDES, se não existisse o fomento, se não existissem juros subsidiados, nós não teríamos a produção de bens de capital no Brasil. Mais de 85% das máquinas para o agronegócio são financiadas pelo BNDES. E a solução do atual Governo, como eu disse, o que é para o banco? Igualar a TJLP, que é a Taxa de Juros de Longo Prazo, à taxa Selic, algo que torna a exigência injustificada. Então, tem que acabar com o BNDES. Por que vocês não são mais sérios e propõem fechar o BNDES? Eu acho que seria mais digno da parte de vocês do que dizer que tem que igualar as taxas de



juros. Sejam sérios! Digam: "Nós vamos acabar com o BNDES. Nós achamos que o Brasil não tem que ter uma política de fomento para investimento". Pelo menos vocês já dizem: "Olha, nós achamos que tem que vir investimento estrangeiro e a gente entrar só com as riquezas naturais". Transformar o País ao que nós éramos, ao Brasil Colônia, porque é isso que vocês estão querendo fazer. Só faz sentido ter o BNDES quando essa Taxa de Juros de Longo Prazo é competitiva com os padrões internacionais sem o risco cambial. É isso que faz o BNDES. Mas não, eles querem igualar à Selic.

Em outras palavras, tornar a Taxa de Juros de Longo Prazo igual as taxas de mercado é matar o BNDES e, por consequência, matar a indústria nacional. Federações da indústria, olhem para isto: é matar a indústria nacional. Vocês deviam ter-se juntado a nós na luta para que o BNDES não devolvesse os R\$100 bilhões para o Tesouro Nacional e pudesse investir com juros competitivos para as indústrias aplicarem. Infelizmente, parte da sociedade ficou calada, a parte que mais podia pressionar o Governo.

Para aqueles que falam em custo fiscal da diferença entre a TJLP e a Selic, entendo que a solução que resguarda o crescimento nacional deve passar pela redução da Selic, e não pelo aumento da Taxa de Juros de Longo Prazo. Nós estamos fazendo o contrário: vamos elevar a Taxa de Juros de Longo Prazo como a Selic? É o contrário que nós temos que fazer: nós temos que reduzir a Selic.

O Brasil enfrenta a maior crise econômica de sua história, Senador Paim, com queda, nos últimos três anos, de 7,1% no PIB da economia, cerca de 20% no PIB da indústria de transformação e mais de 12 milhões de desempregados.

Aqui nós temos que fazer uma autocrítica, Senador Paim – eu não escondo isso. O último ano de governo da Presidenta Dilma, 2015, não foi um ano bom, o governo errou. Estava lá Joaquim Levy no comando da economia e começou a propor todas essas maluquices que este Governo está aprofundando. A Presidenta Dilma não deveria ter cedido. Cedeu, pressionaram, pressionaram, pressionaram, cedeu, para fazer este tipo de política. Começou ali um desmonte, por isso nós estamos pagando o preço agora. E, agora, este Governo nefasto, que a tirou dizendo que iria melhorar, está aprofundando essas políticas. Então, cabe, sim, uma autocrítica, mas até 2014 nós tínhamos um programa de desenvolvimento neste País, com base forte no conteúdo local, no desenvolvimento nacional.

Tiraram a Presidenta Dilma, entre outras coisas, com a justificativa de superar a crise econômica, o que nós vemos agora é o agravamento do quadro. Seguramente, o esvaziamento das políticas de conteúdo local e o ataque ao BNDES não auxiliarão em nada o País a retomar o crescimento e a geração de emprego e renda, em nada. Aliás, vão piorar a situação. Podem, no máximo, beneficiar empresas estrangeiras e o setor bancário privado nacional, o que, evidentemente, não atende aos interesses do País.

Eu quero aqui, Senador Paim, falar dos resultados que nós tivemos com a política de conteúdo nacional. Por exemplo, o resultado que nós tivemos aqui em parceiros tecnológicos. O que é isso? Nós não temos a tecnologia desenvolvida no País, não temos, então, nós temos que trazer tecnologia estrangeira para desenvolver a nossa. O que o País fazia antes? Ao invés de trazer as empresas para atuar aqui dentro, comprava tecnologia do exterior. Nós mudamos isso, portanto, não é verdade que nós acabamos com o desenvolvimento tecnológico.

Quero dizer aqui, Senador Paim, quais foram os parceiros tecnológicos dos estaleiros que nós tivemos aqui que tiveram que montar empresa no Brasil para poder fornecer para Petrobras,



montar empresa aqui, empregando. Estaleiro Atlântico Sul, em Pernambuco; a Japan Marine, que veio para cá; a Vard Promar, de Pernambuco; o Grupo Fincantiere, da Itália, que veio para cá; Enseada do Paraguaçu, na Bahia, veio a Kawasaki para cá...

(Soa a campainha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ...Jurong Aracruz, no Espírito Santo; veio Sembcorp para cá; BrasFELS, no Rio de Janeiro; veio a Keppel FELS; Rio Grande do Sul, a Mitsubishi Heavy; Inhaúma, no Rio de Janeiro, a Cosco.

Essas empresas forneciam para a Petrobras dos seus países, da Itália, do Japão, de Singapura, mandavam, os estaleiros ou a empresa que fazia a mediação aqui encomendava deles. E dissemos: "Não, não, não, se você não estiver aqui, instalado aqui, com emprego aqui, produzindo aqui, vocês não vão fornecer para a Petrobras". Foi isso que nós fizemos. Houve um processo de adequação e hoje essas empresas estão instaladas.

Agora me diga, Senador Paim, se nós levantamos o conteúdo nacional, o senhor acha que essas empresas vão ficar aqui? Por que nós estamos com quebradeira no Rio Grande do Sul? Com certeza a Mitsubishi já desmontou parte da sua planta aqui e já levou novamente para o Japão. É mais barato lá para eles, é melhor, ou para outro país, mesmo a China, para ter produção e mão de obra mais barata.

Os resultados com fornecedores, Senador Paim: dutos submarinos, quem veio se instalar aqui? NKT, da Dinamarca; a Technip, da França; Oceaneering, dos Estados Unidos. Cabo de poliéster: Lancaster Hoops, da Holanda; essa dos Estados Unidos, que eu li, são dos umbilicais. Serviços de engenharia: Amec, do Reino Unido. Equipamentos de submarino: Aker Solutions, FMC, Cameron, dos Estados Unidos. Tubo produção sem costura: a Vallourec, da França. Pacotes e equipamentos de perfuração: Aker Solutions, da Noruega. Pacotes e equipamentos de geração, propulsão e posicionamento dinâmico: Kongsberg, da Noruega; turbos e máquinas, a Rolls-Royce, dos Estados Unidos; a Dresser-Rand, dos Estados Unidos. Automação: a Emerson, dos Estados Unidos. E assim sucessivamente.

Por exemplo, pesquisa e desenvolvimento, que é tão importante: como é que a gente consegue desenvolver a nossa pesquisa e desenvolvimento? Como é que a China fez? Levando empresas para lá. A China disse assim: "Vocês podem produzir aqui, vão ter uma série de incentivos, mas vocês vão trazer para cá a tecnologia de vocês, e eu quero saber como é". Nós fizemos isso aqui, Senador Paim. Olhe aqui: no segmento de dutos, de pesquisa e desenvolvimento, a Technip, da França, teve que nos repassar a sua qualificação, a sua tecnologia. Não veio aqui só produzir, veio aqui produzir, empregar, gerar emprego e repassar sua tecnologia. Assim como nos equipamentos submarinos também, as empresas dos Estados Unidos, a Vallourec, da França, que é de tubos de produção em metalurgia especial, e outras empresas tantas. Na automação, o Reino Unido teve que vir para cá. Tudo isso beneficiou o Espírito Santo, o Rio de Janeiro, São Paulo, enfim, vários Estados brasileiros.

Então o que nós estamos fazendo com isso? Estamos entregando, estamos devolvendo ao país? Nós estamos dizendo o seguinte: "Olhem, vocês fiquem com as suas produções, que nós vamos importar, porque é mais barato um pouco para a Petrobras importar do que desenvolver o conteúdo nacional". É claro que num primeiro momento é mais barato, mas como é que os americanos fizeram para desenvolver o conteúdo nacional deles? Não foram pelo mais barato, foram pela soberania nacional e pelo desenvolvimento do país. Será que nós não conseguimos ver isso?



E nós já tínhamos passado, como dizem os romanos "passado o Rubicão", nós já tínhamos avançado, e a nossa produção aqui já estava competitiva com os preços internacionais. Aí, por uma visão de vira-latas de quem assumiu a presidência da Petrobras, nós estamos dando prioridade à indústria estrangeira, porque nós achamos que a nossa não presta.

E aí vem essa tese da Lava Jato, a tese de que as indústria nacionais, as empresas, as empreiteiras estão todas envolvidas em corrupção. Aí a Petrobras fez um convite para empresas internacionais, Senador Paim. Não deixou nenhuma nacional entrar, só internacional. Qual foi a surpresa? A relação das empresas internacionais que entraram, todas, todas, sem exceção, estavam com processo por denúncia de corrupção. Então, quer dizer, a corrupção dos externos pode? Que valor é esse que a gente não pensa no emprego da nossa gente? Uma coisa é investigar, uma coisa é punir; isso aí está tudo certo, tem que fazer. Agora, você proibir a empresa nacional de contratar gente aqui e ajudar na produção nacional? Isso é um crime, é um crime de lesa-pátria, Senador Paim. Isso é um crime, porque não dá emprego e não traz imposto para o Governo brasileiro, não traz imposto.

Então, eu queria me somar a V. Ex^a no pronunciamento que V. Ex^a fez. Fiquei muito feliz de nós trazermos aqui temas coincidentes.

Como eu disse a V. Ex^a, nós vamos agora, em março, apresentar, pela Bancada do PT – porque nós criticamos muito aqui, a gente faz o combate, faz oposição sistemática, denuncia esse Governo; mas nós também vamos apresentar propostas, até porque já governamos este País e sabemos as saídas –, agora em março nós vamos apresentar o nosso documento para saída emergencial da crise. O que é que precisa fazer para a saída emergencial da crise? O que é que nós precisamos ter? Precisamos ter dinheiro na economia. Se o setor privado não coloca, se as famílias não colocam porque estão em crise, o Estado tem que colocar. Como é que a gente faz uma saída emergencial? Aumenta as parcelas de seguro-desemprego. Nós não podemos deixar 13 milhões de pessoas sem renda, as pessoas morrendo de fome. Aumenta a parcela de seguro-desemprego. Diminui a carência para adquirir o seguro-desemprego. Aumenta o Bolsa Família, aumenta o número de famílias no Bolsa. Aumenta o valor real do salário mínimo para quem está empregado, que ganhe mais. E bota o Minha Casa, Minha Vida, faixa 1, para operar neste País. "Ah, mas isso vai necessitar de dinheiro!" Claro que vai necessitar de dinheiro! Mas eu prefiro emitir título da dívida para fazer isso do que para pagar juros, Senador Paim.

E, ainda que a nossa dívida cresça, vai crescer por um curto espaço de tempo, o País retoma o crescimento, o nosso PIB cresce, a nossa receita cresce, e a dívida cai. Foi o que o Lula fez em 2008 e 2009, gente. Vamos lembrar! Eles dizem: "Isto aqui é uma marolinha!" E foi marolinha, ele não deixou o povo brasileiro desempregado, Senador Paim. Deu proteção. É isto que nós temos que fazer.

Mas nós vamos soltar um segundo documento, e aí o conteúdo local vai ser o carro-chefe, que é o resgate do desenvolvimento da economia nacional. Como é que a gente faz para resgatar, para gerar emprego aqui, para agregar valor aqui, para ter riqueza no nosso País? É aqui, Senador Paim. Foi isso que V. Ex^a falou. Nós temos que reconstruir o Polo Naval do Rio Grande do Sul, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, temos que reincentivar a indústria que fornece no Paraná. É isto que nós temos que fazer. Agora, para isso, o Governo tem que exigir: "Só vou contratar de você se você produzir no Brasil. Ah, não pode 100%? Pelo menos 50%, pelo menos 60%, pelo menos 70%. Eu vou voltar a dar emprego no País".



Se não fizer isso, Senador Paim, nós vamos continuar empregando lá fora. Nada contra empregos na China e em Singapura. Mas não é o Brasil, precisando empregar sua gente, que tem que incentivar emprego na China e em Singapura.

Então, Senador Paim, conte comigo nessa luta. Sei que a Bancada do PT vai estar aguerrida com isso. E vamos fazer este seminário aqui, trazer todos os setores interessados, que não é só setor de esquerda, do PT, com todos. Não é uma discussão ideológica. Isso é uma discussão de interesse nacional, de soberania Nacional e de desenvolvimento do Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Gleisi Hoffmann. Meus cumprimentos pelo belo pronunciamento. Foi uma aula.

Às vezes, eles pensam, Senadora, que o plenário não está lotado, mas V. Ex^a, com certeza, pela TV Senado, pela Rádio Senado e pela Agência Senado, falou para milhões de brasileiros, que ouviram qual o caminho para combater o desemprego, conteúdo local: emprego, renda, produção e venda.

Meus cumprimentos a V. Ex^a.

Eu encerro os trabalhos, antes convidando o senhor e a senhora que estão nos assistindo ainda neste momento para que nos ajude, convoque o seu Senador, a sua Senadora a só assinar a CPI da Previdência. Assinando a CPI da Previdência, nós vamos mostrar que ela é superavitária. É uma campanha nacional: "Quem tem medo da CPI da Previdência?" Contamos com os senhores. Estejam com a gente. A campanha nacional é de todo o povo brasileiro. Assine a CPI da Previdência para mostrar que não precisa fazer essa reforma previdenciária e trabalhista, que só vai tirar direitos dos trabalhadores do campo, da cidade, da área pública e dos aposentados e pensionistas.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 07 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 11^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Discurso encaminhado à publicação



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registro que tomou posse na última quarta-feira, dia 15, para o biênio 2017-2019, a nova diretoria executiva e os conselhos fiscal e de ética da Associação de Blogueiros de Política do Distrito Federal e Entorno (ABBP).

A ABBP foi fundada em dezembro de 2014 e conta com 46 membros.

A diretoria executiva ficou assim composta: Sandro Gianelli (Presidente), Kleber Karpov (Vice-Presidente), Toni Duarte (Secretário-Geral), Rodrigo Mercúccio (Financeiro), Edgar Lisboa (Relações Públicas), Eldo Gomes (Relações Institucionais), Hudson Cunha (Comunicação e Marketing), o conselho fiscal Marc Arnoldi (Conselheiro-Presidente), Hamilton Silva (Conselheiro), Ricardo Aguiar (Conselheiro), Sérgio Lorus (Suplente), José Gurgel (Suplente), Idovan Araújo (Suplente), conselho consultivo/ética Tenente Poliglota (Conselheiro-Presidente), Aderivaldo Cardoso (Conselheiro), Artur Benevides (Conselheiro).

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há um assunto que está deixando toda a população brasileira preocupadíssima, em especial a do meu Rio Grande do Sul.

Falo da situação do Polo Naval da cidade de Rio Grande.

Em dezembro do ano passado, a Engevix Construções Oceânicas demitiu 3.200 funcionários. Eles representam 71% do quadro total de funcionários da empresa na cidade gaúcha.

E essas demissões afetaram drasticamente a economia de toda a cidade de Rio Grande.

Empresas terceirizadas e a mão de obra indireta, como ônibus, restaurantes e aluguéis. Esse número de postos de trabalho perdidos pode duplicar.

A situação do Polo Naval é tão desesperadora, que em 2013, 20 mil trabalhadores do polo naval impulsionavam a indústria e o comércio local.

Hoje, apenas 600 trabalhadores seguiram atuando na manutenção da estrutura do estaleiro.

A situação do Polo Naval de Rio Grande é de eminente desativação.

Tudo isso porque a Petrobrás tinha contratado a Engevix para a construção de oito cascos de plataformas de petróleo, sendo que três foram entregues, dois foram deslocados para a China para serem concluídos e os outros três tiveram os acordos cancelados.

Em dezembro, o casco da P-68 deixou o Estaleiro Rio Grande e seguiu para o Estaleiro Jurong, em Aracruz (ES), para iniciar as obras de integração. Após isso, ocorreram as demissões.

Toda a cidade está envolvida para solucionar essa questão. Para isso, quero registrar aqui o manifesto do Secretário Municipal de Desenvolvimento, Inovação, Emprego e Renda de Rio Grande, Marcos Vinicius Ferreira Mazoni.

“O Absurdo da Desativação do Polo Naval na cidade do Rio Grande”



“Com a troca do presidente da Petrobrás iniciou-se um processo de cancelamento dos contratos de construção de plataformas para exploração de petróleo nos estaleiros no Brasil para contratar as mesmas na China.

A crise do polo naval brasileiro nada tem a ver com a chamada crise econômica mundial, pois as contratações continuam, mas agora no exterior, e sim a uma decisão estratégica da empresa Petrobrás.

Quais seriam as verdadeiras razões para a Petrobrás deixar de contratar dos estaleiros brasileiros, que empregam aqui no Brasil para passar a contratar as mesmas plataformas em outros países?

O polo naval de Rio Grande conta com uma capacidade instalada que pode garantir a entrega das plataformas no mesmo, ou até menor tempo que qualquer estaleiro no mundo poderia garantir.

Só no estaleiro Engevix, hoje administrada pelo Banco Brasil Plural, existem equipamentos de ponta, garantindo a maior automatização do processo de construção de plataforma em todo o planeta.

Plataforma de guindaste com capacidade de duas mil toneladas de elevação de peso e manobra e um dique que permite a construção simultânea de dois navios-plataformas.

A política de exigir conteúdo local, implantada pelo ex-presidente Lula, levou para a região outras empresas e tecnologias que agora estavam se estabilizando e sustentando milhares de empregos em todas as cidades do entorno e até mesmo em outros estados da federação.

A retirada de um casco pronto, que foi levado para a China, e o cancelamento do contrato de construção da chamada Plataforma 71 (P71), resultaram na demissão imediata de 3.500 trabalhadores somente neste estaleiro da Engevix.

Como estamos tratando de um arranjo produtivo inteiro, muitas outras demissões estão acontecendo na região, até o comércio local começa a fechar as portas e demitir seus trabalhadores. Este fato terá reflexo em todo o país.

A Petrobrás pleiteia junto a Agência Nacional do Petróleo o fim da obrigatoriedade do conteúdo local, desta forma estaria livre para fazer estas contratações no exterior em sua totalidade.

Com isso estaremos matando a indústria ligada à construção de plataformas no Brasil e internacionalizando todo o conhecimento hoje adquirido no nosso país para o setor.

Não é menor o fato de que estas plataformas têm como objetivo explorar o petróleo que se encontra na chamada área do pré-sal.

O que o poder público local (especificamente a Prefeitura do Rio Grande), os trabalhadores e os empresários do setor proponham como saída para esta crise é a retomada pela Petrobrás da construção plataforma P71 imediatamente.

Com isso estariamos garantindo a retomada de 2.800 empregos diretos e a manutenção de toda a cadeia produtiva.

Esta plataforma encontra-se com 50% de sua construção concluída, por exemplo, mais de 70% do casco pronto, e teria seu prazo de entrega estimado em 16 meses.

Nenhum estaleiro no mundo conseguiria entregar esta plataforma num prazo menor que este se viesse a ser contratado agora para fazê-lo do zero.



Como o casco não está concluído, ele não pode ser removido para lugar nenhum. O custo para finalizar a plataforma no estaleiro Engevix é de aproximadamente 213 milhões de dólares, o que é muito menos que começar do zero (estimasse que mesmo na China não sairia menos de 400 milhões de dólares).

A Petrobrás poderia recuperar o valor que levou à prejuízo devido ter encerrado contrato antes do seu final.

Portanto, se é verdadeiro o discurso que a Petrobrás está tomando uma decisão técnica pelo menor preço pago pela companhia, nada justifica contratar esta plataforma em outro país que não fazer a conclusão da P71 aqui no Brasil.

O discurso que é mais barato comprar uma plataforma na China não leva em consideração várias questões: A P71 já está 50% construída e paga no Brasil, faltando apenas concluir e pagar o restante;

As condições de trabalho da China levam em conta a grande facilidade de substituir um trabalhador, que porventura venha se acidentar, por outro, sem custos adicionais de garantias trabalhistas.

Isso faz com que o investimento em segurança do trabalho seja muito menor que no Brasil. Temos a certeza que este investimento de proteção à vida dos trabalhadores deva ser apontado como um diferencial positivo do nosso país e não um custo a ser eliminado;

A Petrobrás é uma empresa pública que deve se preocupar com o seu valor social, e nada justifica gerar 3.000 empregos na China em detrimento dos trabalhadores brasileiros;

Não é somente a indústria naval que perde, mas sim todo o ambiente econômico e social. O comércio perde, o Poder público perde e sem recursos deixa de fazer os investimentos que a sociedade precisa;

As empresas do polo naval buscaram financiamentos do BNDES que não terão mais recursos para cumprir seus compromissos e o prejuízo recairá sobre o Poder Público novamente”.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a minha fala de hoje será sobre o Projeto de Lei 4302/1998, que trata da terceirização. Essa proposta tramita da Câmara dos Deputados.

Existem verdadeiras perversões legislativas que, na superfície, são favoráveis ao trabalhador, mas que, vistas mais de perto, contrariam seus interesses.

A modernização das relações trabalhistas não passa, necessariamente, pela sua “flexibilização” extremada.

No fundo, o processo de terceirização das atividades-fim se presta apenas a invalidar direitos conquistados por esse mesmo trabalhador ao longo do tempo.

Na verdade, uma nuvem cinzenta teima em pairar sobre o território político nacional, articulando sem tréguas ataques ao estado democrático de direito

A bola da vez parece ser as relações trabalhistas existentes no País.

Sinal disso são as manobras que se operam no subsolo da política legislativa, com tramas e mais tramas normativas contra as conquistas trabalhistas.



Especificamente, como já disse, nosso foco aqui é a análise do Projeto de Lei nº 4.302, de 1998, de autoria do Poder Executivo, e que trata da terceirização.

Sem dúvida, por detrás da maquiagem modernizadora do PL 4.302, está escondida intenções maquiavélicas nada boas à classe trabalhadora.

Pelo contrário, trata-se de proposição que, ao aproveitar o ambiente de retirada de conquistas sociais, transgride a essência dos direitos legítimos do trabalhador brasileiro.

Proteções, amparos e garantias universais previstas nos contratos trabalhistas correm risco de, hoje, serem varridos da legislação nacional.

No caso desse projeto, o que está em jogo é nada menos que a transformação da terceirização no estado natural dos regimes de contrato de trabalho no Brasil. Um absurdo.

Em vez de alargarem e aprofundarem condições mais dignas de trabalho, intensificando sistemas de amparo e proteção, a proposta se move na contramão civilizatória, desconstruindo o edifício de direitos trabalhistas duramente conquistados.

Aliás, Sr. Presidente, há tempos que venho denunciando uma sequência de ataques que vem se sucedendo, sem que a população. O PL 4.302 é a exata prova desse indecoroso processo.

Não por acidente, a terceirização tem sido objeto de polêmicas intermináveis, dentro e fora do Congresso Nacional.

Parece prevalecer, no momento atual, uma correria na tramitação desse projeto, visto que o voto do relator pela sua aprovação com substitutivo já foi apresentado em tempo célere.

Nesse contexto, o tempo urge e exige uma resposta veemente contra aquilo que representa a clara preferência pela precarização dos contratos de trabalho vigentes.

Graças ao argumento da crise, perdas e mais perdas são impostas contra o trabalhador, sem que se perceba que o povo brasileiro está abrindo mão de direitos inalienáveis.

Dados divulgados por órgãos e entidades comprometidas com as condições de trabalho denunciam que há maior incidência de acidentes entre os trabalhadores terceirizados.

Ao lado disso, somam-se menor remuneração e maior rotatividade da mão de obra no emprego.

Não se pode descuidar de temas como a igualdade de remuneração e jornada de trabalho em relação à tomadora da mão de obra terceirizada, bem como a proteção previdenciária e contra acidentes, além dos direitos previstos em acordo ou convenção coletiva, em consonância com as previsões legais.

Além disso, é necessário aprovar a responsabilidade solidária pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias, além de analisar com lupa os efeitos da admissão da figura do trabalhador sem vínculo empregatício, isto é, como Pessoa Jurídica.

Desse modo, não se pode concordar com um juízo das classes dominantes, segundo a qual o gargalo da crise econômica corrente deita raízes firmes da legislação trabalhista.

Sem surpresas, tal projeto tem sido violentamente defendido pelos conservadores, para quem a lei acabará com a insegurança jurídica na contratação de terceirizados e elevará a competitividade das empresas.

O discurso da eficiência dita o tom das relações trabalhistas do momento.



Para os conservadores, a terceirização disponibiliza uma forma moderna de organização, por meio da qual o mundo inteiro ganha muito mais eficiência.

Para ilustrar o peso do lema, a própria Confederação Nacional das Indústrias não se furtaria a enfatizá-lo nas costumeiras tratativas com os congressistas.

Sr. Presidente, vale a pena insistir neste ponto que avaliamos ser crucial quanto à chamada “flexibilização” das relações de trabalho.

Por mais sedutora que seja para os que se encontram na fila do desemprego, ela necessariamente impõe como contrapartida a abdicação de parcela da renda, rotatividade de emprego e insegurança de direitos.

O prejuízo certamente recai sobre as costas do trabalhador.

Em resumo, após quase vinte anos de trâmite no Congresso, esse projeto de lei nefasto, que libera integralmente a terceirização da contratação de serviço no Brasil, deve ir para votação final na Câmara dos Deputados brevemente.

Em outras palavras, o PL 4.302 autoriza de vez a contratação terceirizada para qualquer atividade de trabalho no Brasil.

A extensão da terceirização do trabalho às áreas-fins das atividades das empresas representaria um retrocesso dramático no processo de luta dos trabalhadores brasileiros.

Mas nada se deu tão aceleradamente assim.

Com efeito, a instalação da terceirização no Brasil vem ocorrendo lentamente.

À luz da história, desde 1993, a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho rege a terceirização no Brasil e restringe essa prática aos serviços de vigilância e limpeza e a funções não relacionadas às atividades-fim das empresas.

Em contrapartida, quem contrata o serviço terceirizado não é responsabilizado diretamente por infrações trabalhistas da contratada.

Nos anos 90, a articulação de entidades empresariais para derrubar as limitações à contratação de terceirizados ganhou força mediante o avanço do neoliberalismo e das propostas para reduzir custos e desregulamentar o trabalho.

Não custa nada recordar que, naquela ocasião, o Enunciado 256 do TST, vigente até 1993, proibia cabalmente a terceirização no País.

Nos anos que se sucederam, embalado por uma linha interpretativa mais flexível, o regime terceirizado emplacou no mercado de trabalho, conflitando com os direitos elementares dos trabalhadores.

Hoje, tal regime vai-se expandindo, e está na iminência de se converter em prática contratual preferencial para qualquer empregador, em detrimento claro dos interesses do trabalhador.

Para se ter uma ligeira ideia do quadro, o Brasil tem hoje 12 milhões de trabalhadores formais terceirizados, o equivalente a 25% da mão de obra do País.

Pior que isso, segundo levantamento da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – Dieese, ao comparar trabalhadores que realizavam a mesma função em 2010, os terceirizados recebiam em média 27% a menos do que os contratados diretos.

Além disso, tinham uma jornada semanal 7% maior e permaneciam menos tempo no mesmo trabalho.



Mais trágico ainda, um estudo divulgado pela Unicamp revelou que, dos 40 maiores resgates de trabalhadores em condições análogas à escravidão nos últimos quatro anos, 36 envolviam empresas terceirizadas.

Não resta dúvida de que franquear a terceirização é, de fato, desconstruir todo o sistema trabalhista vigente, razão pela qual se condena tal processo, apropriadamente, como um desatinado ataque à democracia brasileira.

Como frisou o eminentíssimo economista Luiz Gonzaga Belluzzo, por trás do argumento da competitividade existe uma indisfarçável regressão dos direitos sociais.

Diante de todo esse descalabro e contra a aprovação do PL 4.302/1988, os movimentos sindical e social, entidades da sociedade civil entendem que o eixo do debate se resume simplesmente na destruição ou na preservação de tudo que construímos nos últimos cem anos de lutas neste País.

Trata-se de uma gravíssima lesão de direitos contra os trabalhadores.

Para concluir, Sr. Presidente, na condição de relator do PLC nº 30, de 2015, que também trata da terceirização, aqui no Senado, não me poderia furtar a externar o nosso mais veemente repúdio à aprovação do PL 4.302.

Em vez da expansão da terceirização, devemos, sim, apostar nossas fichas em um projeto equilibrado, maduro e que leva em consideração as necessidades do mercado de trabalho, os direitos do trabalhador e os interesses nacionais.

Era o que tinha a dizer.



Requerimentos





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

ccj

Defis

Em 17/02/17

Barcode
SF/17337.14723-60

REQUERIMENTO N° 79, DE 2017

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno, a retirada da Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2013 e Proposta de Emenda à Constituição nº 97, de 2015, ambas de minha autoria.

Sala das Sessões, de 2017

Senador Aloysio Nunes Ferreira

Página: 1/1 14/02/2017 19:27:24

c2289a4e5eb2cd8c77b3babff2eb691120aeeef



A Presidência defere o Requerimento nº 79, de 2017, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, de retirada das Propostas de Emenda à Constituição nºs 11, de 2013 (que tramita em conjunto com as PECs nºs 96, de 2011; 1, 2, 13 e 30, de 2013); e 97, de 2015.

As Propostas de Emenda à Constituição nºs 11, de 2013; e 97, de 2015, vão ao Arquivo nos termos do art. 256, I, do Regimento Interno.

As demais matérias continuam tramitando em conjunto e retornam à CCJ.





À publicação.
Encaminhe-se.
Em 11/2/2017



REQUERIMENTO N°80, DE 2017

Nos termos do Art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEREMOS voto de pesar pelo falecimento de VELTON DA SILVA CÉZAR, ocorrido nesta data, após lutar incessantemente cinco meses contra o câncer.

Velton da Silva Cézar nasceu na cidade do Alegrete no dia 7 de novembro de 1961. Filho único do casal Onéssimo César e Severina da Silva.

Cézar Velton era apaixonado pelas lidas do campo e pelos animais, enfim, pelas tradições do Rio Grande.

Com uma bela e empostada voz, teve desde cedo um dom natural para a locução e iniciou trabalhando no rádio aos 18 anos de idade na Rádio Municipal de São Pedro do Sul, no RS.

Era um narrador esportivo nato. E um entrevistador para assuntos dos mais variados que envolvia e cativava os ouvintes e os entrevistados

Em Santa Maria trabalhou na Rádio Guarantan. Mas este foi apenas o início, pois Velton deixou sua marca por diversos veículos de comunicação como Rádio Caxias e Rádio São Francisco ambas de Caxias do Sul.

Passou pela Rádio Osório por duas ocasiões, Rádio Tubarão em Santa Catarina, Rádio Cruzeiro do Sul em Itaqui, Rádio Maraú e Rádio Alvorada em Maraú, Rádio Garibaldi em Garibaldi.

Página: 1/2 16/02/2017 13:59:02

623216ef33732ded0fdecae835eb55c5f0d904b





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM



Foi também coordenador da Rádio UCS.

Em 2001 ele decidiu ser um empreendedor na comunicação, criando a RBC Comunicação e a Tele Brasil que produziu programas para a TV a cabo, além de prestar serviços para diversos municípios e empresas do RS.

Prestou serviço para a TV Câmara de Vereadores de Caxias do Sul até 2014, chegando a dar emprego para mais de 20 profissionais e manter mais de sete programas de televisão no ar.

Em 2015 iniciou um ambicioso projeto. Lançou a Revista Costa Azul, revista de variedades para os municípios do Litoral Norte do RS.

Velton era um apaixonado pela comunicação.

Deixa a esposa Elis Regina Batassini e sua filha Tainá e o genro Guilherme Mansan e a neta Cecilia com apenas um ano de idade.

Solicitamos que o presente voto, extensivo a seus familiares, seja enviado para o endereço abaixo:

Rua João Inácio da Silva, 132

Bairro Caiu do Céu - Osório - RS - CEP: 95.520-000

Página: 2/2 16/02/2017 13:59:02

623216ef33732ded0fdecae835eb55c5f0d904b

Sala das Sessões,

Senador **PAULO PAIM**

Dona Mélia



REQUERIMENTOS DE LICENÇA



Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 22

RQM nº 01/2017	Acir Gurgacz	RISF Art. 43, II	04/02/2017	Licença Particular.
RQM nº 02/2017	Dário Berger	RISF Art. 43, I	06/02/2017	Licença saúde.
RQM nº 03/2017	Kátia Abreu	RISF Art. 13	De 07/02/2017 a 09/02/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 04/2017	Eduardo Amorim	RISF Art. 13	09/02/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 05/2017	Ricardo Ferraço	RISF Art. 13	09/02/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 06/2017	Humberto Costa	RISF Art. 13	09/02/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 07/2017	Romero Jucá	RISF Art. 13	09/02/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 08/2017	Sérgio Petecão	RISF Art. 13	09/02/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 09/2017	Ivo Cassol	RISF Art. 13	09/02/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 10/2017	Valdir Raupp	RISF Art. 13	09/02/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 11/2017	Cristovam Buarque	RISF Art. 43, II	De 14/02/2017 a 19/02/2017	Licença Particular. Participar da Reunião do Conselho de Administração do Grupo Santillana (Madrid - Espanha).
RQM nº 12/2017	Eduardo Lopes	RISF Art. 13	09/02/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 13/2017	Jader Barbalho	RISF Art. 13	09/02/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 14/2017	Rose de Freitas	RISF Art. 13	02/02/2017	Atividade parlamentar.
	Rose de Freitas	RISF Art. 13	De 07/02/2017 a 09/02/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 15/2017	Magno Malta	RISF Art. 13	14/02/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 18/2017	Eduardo Braga	RISF Art. 13	15/02/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 19/2017	José Aníbal	RISF Art. 13	16/02/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 20/2017	Valdir Raupp	RISF Art. 13	16/02/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 21/2017	Lídice da Mata	RISF Art. 13	16/02/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 23/2017	Eduardo Braga	RISF Art. 13	16/02/2017	Atividade parlamentar.
RQM nº 24/2017	Edison Lobão	RISF Art. 43, I	De 12/02/2017 a 14/02/2017	Licença saúde.
RQM nº 25/2017	Edison Lobão	RISF Art. 43, II	16/02/2017	Licença Particular.

Requerimentos de Missão sem Ônus. Total: 3

Requerimento	Parlamentar	Dispositivo	Período	Evento
RQM nº 16/2017	Jorge Viana	art. 40, § 1º	De 18/02/2017 a 23/02/2017	Integrar a delegação brasileira no Seminário para Líderes Políticos, organizado pela Confederação Israelita do Brasil - CONIB, em Jerusalém, Tel Aviv, Israel.
RQM nº 17/2017	Ricardo Ferraço	art. 40, § 1º	De 18/02/2017 a 25/02/2017	Integrar a delegação brasileira no Seminário para Líderes Políticos, organizado pela Confederação Israelita do Brasil - CONIB, em Jerusalém, Tel Aviv, Israel.
RQM nº 22/2017	Ana Amélia	art. 40, § 1º	De 18/02/2017 a 25/02/2017	Integrar a delegação brasileira no Seminário para Líderes Políticos, organizado pela Confederação Israelita do Brasil - CONIB, em Jerusalém, Tel Aviv, Israel.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Aníbal** (S)

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
PMDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
PMDB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Ângela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Thieres Pinto** (S)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 21

Dáario Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eduardo Braga.	AM
Elmano Férrer.	PI
Eunício Oliveira.	CE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Hélio José.	DF
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Kátia Abreu.	TO
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS
Zeze Perrella.	MG

Bloco Social Democrata - 17

PSDB-12 / DEM-4 / PV-1

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PV / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalírio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Aníbal.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferrão.	PSDB / ES
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 12

PP-7 / PSD-5

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
José Medeiros.	PSD / MT
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Morais.	PP / GO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 11

PT-10 / PDT-1

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Moderador - 9

PTB-2 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PSC / MS
Thieres Pinto.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

PMDB.	21
Bloco Social Democrata.	17
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	12
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	11
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
Bloco Moderador.	9
S/Partido.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (PMDB-DF)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Reguffe** (S/Partido-DF)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (PMDB-PA)	Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Alberto Souza* (PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Requião* (PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Aníbal** (Bloco-PSDB-SP)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (PMDB-PB)	Romero Jucá* (PMDB-RR)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dalírio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Dário Berger** (PMDB-SC)	Kátia Abreu** (PMDB-TO)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Simone Tebet** (PMDB-MS)
Edison Lobão* (PMDB-MA)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Thieres Pinto** (Bloco-PTB-RR)
Eduardo Braga* (PMDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (PMDB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)	Marta Suplicy* (PMDB-SP)	Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Morais* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (PMDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 11 <p>Líder Humberto Costa - PT (16,19,50,53,79,90,115) Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,27,116) Lindbergh Farias (29,59,62,89) Gleisi Hoffmann (56,57,66,83,114) Regina Sousa (35) Líder do PT - 10 Gleisi Hoffmann (56,57,66,83,114) Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (29,59,62,89) Fátima Bezerra (28,61,93,117) Líder do PDT - 1 Acir Gurgacz (3,27,116)</p>	Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV) - 7 <p>Líder José Agripino - DEM (32,51) Vice-Líderes Ricardo Ferraço (78,85,112) Davi Alcolumbre (74,87) Ataídes Oliveira (75) Líder do PSDB - 12 Paulo Bauer (102) Vice-Líderes do PSDB Ricardo Ferraço (78,85,112) José Aníbal (82) Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (99) Vice-Líder do DEM José Agripino (32,51) Líder do PV - 1 Alvaro Dias (17,65)</p>	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10 <p>Líder João Capiberibe - PSB (1,13,113) Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (52,71) Vanessa Grazziotin (15,20) Líder do PSB - 7 Fernando Bezerra Coelho (100) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (37,54,110) Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (15,20) Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (18,23,91)</p>
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 12 <p>Líder Omar Aziz - PSD (45,101) Vice-Líderes Benedito de Lira (107) Otto Alencar (49) Líder do PP - 7 Benedito de Lira (107) Líder do PSD - 5 Omar Aziz (45,101) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (14)</p>	Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9 <p>Líder Wellington Fagundes - PR (43,46,108) Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (97) Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (106) Vice-Líder do PR Magno Malta (109) Líder do PSC - 1 Pedro Chaves (111) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (81,95) Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,69)</p>	PMDB - 21 <p>Líder Renan Calheiros - PMDB (103) Vice-Líderes Waldemir Moka (77) Rose de Freitas (76)</p>
Governo Líder Aloysio Nunes Ferreira - PSDB (33,80) Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (100) José Medeiros (9,12,21,88) Davi Alcolumbre (74,87) Hélio José (42,48,86) Ricardo Ferraço (78,85,112)	Minoria Líder Humberto Costa - PT (16,19,50,53,79,90,115)	

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado Líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado Líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado Líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado Líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
10. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
11. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
15. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
16. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
17. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
18. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
20. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015-GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015-GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015-GLDBAG).
26. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015-GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, o Senador Acrílio Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015-GLDBAG).
28. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
52. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB)
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
60. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG)
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado Líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).



67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).

68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. N° 001/2016-LIDPTB)

69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)

70. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)

71. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. n° 14/2016-BLSDEM.

72. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)

73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. n° 2/2016-LIDPTB).

74. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).

75. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).

76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freita foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).

77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).

78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).

79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem n° 253/2016 e Memorando n° 104/2016-GSHCST)

80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).

81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. n° 1/2016-GSEL).

82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).

83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice -liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).

84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice - liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).

85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).

86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).

87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).

88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).

89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).

90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios n° 14/2016-GLDPT e n° 77/2016-GLPRD).

91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).

92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo n° 42/2016-GSMC).

93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).

94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).

95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. n° 1/2017-GSELOP).

96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.

97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)

98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.

99. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).

100. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB n° 1/2017)

101. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. n° 1/2017-GLPSD)

102. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)

103. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB n° 11/2017)

104. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e , em virtude de sua desfiliação do partido.

105. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.

106. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. s/n/2017-GLPR).

107. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).

108. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)

109. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017)

110. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)

111. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).

112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)

113. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)

114. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT)

115. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)

116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).

117. O senador Fátima Bezerra está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 10/02/2017 a 19/02/2017.



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PMDB-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos n°s 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes - Maximiliano Godoy (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Maoria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Felipe Geraldes e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



3) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS**Finalidade:** Averigar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins

(Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****RELATOR:****Prazo final prorrogado: 15/08/2017**

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) (1)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (1)	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



4) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figueiredo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.



*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
VAGO	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
Maoria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
VAGO	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO

Secretário(a): Ricardo Moreira Maia

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maoria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3.

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -**Telefone(s):** 61 33034608**E-mail:** cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ⁽¹⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PT-RR) ⁽⁶⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁶⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. VAGO ^(6,11)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	6. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ⁽³⁾	1. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ⁽³⁾
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽⁵⁾
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁵⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽²⁾
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).
2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).
3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).



4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-GLDEM).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
VAGO	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6.
VAGO	7.
	8.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2.
VAGO	3.

Secretário(a): Willy da Cruz Moura**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas -**Telefone(s):** 61 33033498**E-mail:** ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2.
Maioria (PMDB)	
VAGO	1.
VAGO	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES		SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)		
VAGO		1. VAGO
VAGO		2.
VAGO		3.
Maoria (PMDB)		
VAGO		1.
VAGO		2.
VAGO		3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)		
VAGO		1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
VAGO		1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)		
VAGO		1.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scocomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br



**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4.
VAGO	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2.
VAGO	3.
VAGO	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva**Reuniões:** Quintas-Feiras 10:00 horas -**Telefone(s):** 61 3303-3496**Fax:** 3303-3546**E-mail:** cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3.
VAGO	4.
VAGO	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais**Reuniões:** Quartas-Feiras 8:30 horas -**Telefone(s):** 61 3303-4607**Fax:** 61 3303-3286**E-mail:** ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSD, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
Maoria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
	5. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -**Telefone(s):** 61 3303-4282**Fax:** 3303-1627**E-mail:** cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3.
VAGO	4.
VAGO	5. VAGO
Maoria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1.
VAGO	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

Secretário(a): Marcello Varella**Reuniões:** Quintas-Feiras 8:00 horas -**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Maoria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Bruno Souza de Barros**Telefone(s):** 3303 1095**E-mail:** csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2.
VAGO	3.
VAGO	4.
VAGO	5.
Maoria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4.
VAGO	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1.
VAGO	2.
VAGO	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1.
VAGO	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior**Reuniões:** Terças-Feiras 14h30 -**Telefone(s):** 61 33033284**E-mail:** ctg@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Eleição Geral: 19/04/1995

6^a Eleição Geral: 06/03/2007

2^a Eleição Geral: 30/06/1999

7^a Eleição Geral: 14/07/2009

3^a Eleição Geral: 27/06/2001

8^a Eleição Geral: 26/04/2011

4^a Eleição Geral: 13/03/2003

9^a Eleição Geral: 06/03/2013

5^a Eleição Geral: 23/11/2005

10^a Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES		SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)		
VAGO		1. VAGO
VAGO		2. VAGO
VAGO		3. VAGO
VAGO		4.
Maioria (PMDB)		
VAGO		1. VAGO
VAGO		2. VAGO
VAGO		3.
VAGO		4.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)		
VAGO		1. VAGO
VAGO		2. VAGO
VAGO		3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
VAGO		1. VAGO
VAGO		2. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)		
VAGO		1.
VAGO		2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)		
VAGO		

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾

1^a Designação: 03/12/2001
2^a Designação: 26/02/2003
3^a Designação: 03/04/2007
4^a Designação: 12/02/2009
5^a Designação: 11/02/2011
6^a Designação: 11/03/2013
7^a Designação: 26/11/2015

MEMBROS**PMDB**

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senadora Lúcia Vânia (GO)

PDT

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Hélio José (PMDB-DF)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PRBVAGO (2,3,4,5,6)**Atualização:** 08/02/2017**Notas:**

* Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

2. Designado para ocupar a vaga através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

3. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N.º 54/2016-BLOMOD.



4. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.
5. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga em 04/10/2016, conforme Of.º 0054/2016-BLOMOD.
6. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:**Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) ^(3,4,5,6)

VICE-PRESIDENTE: ⁽³⁾

1^a Designação: 23/03/2010
2^a Designação: 14/03/2011
3^a Designação: 11/03/2013
4^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

VAGO ⁽²⁾

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Cidinho Santos (MT) ⁽⁷⁾

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

VAGO ^(4,6)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PRB

VAGO ^(1,8,9,10,11)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2017

Notas:

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.
2. O Senador Delcídio do Amaral Gomez perdeu o mandato em 10 de maio de 2016, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 21, de 2016, que ? Decreta a perda do mandato do Senador Delcídio do Amaral Gomez?, publicada no Diário Oficial da União. Seção 1. 11/05/2016. p. 4.
3. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.
4. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

5. O Senador José Agripino sucedeu ao cargo de Presidente em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
6. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
7. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
8. Designado para ocupar a vaga através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
9. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.
10. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of.º 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.
11. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: (7,8)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)

1^a Designação: 30/11/2010
2^a Designação: 14/03/2011
3^a Designação: 21/03/2012
4^a Designação: 11/03/2013
5^a Designação: 20/05/2014
6^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

VAGO (3)

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PRB

VAGO (1,4,5,6,9)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Substituído conforme o Of. nº 0037/2016-BLOMOD.
2. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
4. O Senador Eduardo Lopes foi designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0037/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga, conforme Of. nº 0054/2016, datado de 04/10/2016.
6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Eduardo Lopes, conforme o Of. nº 0054/2016-BLOMOD, datado e lido no Plenário do Senado Federal em 04/10/2016.
7. Em 04/10/2016, o Senador Marcello Crivella reassumiu a Presidência do Conselho.
8. Em 07/06/2016, assumiu a Presidência o Senador Paulo Paim, em virtude da substituição do Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 0036/2016, do Líder do Bloco Moderador.
9. O Senador Marcelo Crivella renunciou ao mandato de Senador da República devido a sua posse como Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, a partir de 01.01.2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB**PTB**

VAGO

PP

VAGO

PDT**PSB**

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Representante da sociedade civil organizada

VAGO

Pesquisador com produção científica relevante

VAGO

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÉA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Lindbergh Farias (RJ)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PMDB-PI)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PRB

VAGO ^(2,4,5,6)

PSOL

Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 18/10/2016

Notas:

- *. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015
1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.
2. Substituído através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD.
3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.
4. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
5. O Senador Marcelo Crivella retornou ao exercício do mandato, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.
6. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

1ª Designação: 20/12/2013

2ª Designação: 16/09/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PR

Senador Vicentinho Alves (TO)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

VAGO ⁽³⁾

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PMDB-PI)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PRB

VAGO ^(1,4,5,6,7)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Substituído conforme o Of. 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.

6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

7. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:**

1^a Designação: 16/11/1995
2^a Designação: 30/06/1999
3^a Designação: 27/06/2001
4^a Designação: 25/09/2003
5^a Designação: 26/04/2011
6^a Designação: 21/02/2013
7^a Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽³⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Reguffe (S/Partido-DF)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senador Wilder Morais (PP-GO)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

VAGO ⁽²⁾

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(1,4,5,6)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 29/11/2016

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.
4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.
6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL*(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do****RISF):**



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR*(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**



17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

DEM

Senador José Agripino (RN)

PCdoB

Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PMDB

Senador Jader Barbalho (PA)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PR

Senador Cidinho Santos (MT) ⁽³⁾

PRB

VAGO ^(4,5,6,7)

PSB

Senador Roberto Rocha (MA)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PSD

Senador Omar Aziz (AM)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PT

Senador Jorge Viana (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2016

Notas:

- * Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.
- 1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.
- 2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.
- 3. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
- 4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
- 5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of.º 54/2016-BLOMOD.
- 6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of.º 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

7. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



18) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA*(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PDT

PSB

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PSC

PRB

REDE

PV

PTC

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561**E-mail:** saop@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

